

**Senhores Acionistas,**

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do IRB Brasil RE relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2018 seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). As informações apresentadas nesse material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI) do IRB Brasil RE ([www.ri.irbbrasilre.com](http://www.ri.irbbrasilre.com)>central-de-resultados) e no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

**Mensagem da Administração**

No dia 31 de julho de 2018, o IRB Brasil RE completou seu primeiro ano como Companhia Aberta. No primeiro semestre de 2018, a Companhia foi incluída em alguns índices de relevância para o mercado de ações: (i) em maio, entrou no **IBRX100**, que incluiu a ação do IRB entre os 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações; (ii) ainda em maio, a ação do IRB também foi incluída na composição do índice **MSCI** (Morgan Stanley Capital International) Brazil, que serve de referência para diversos fundos de investimentos globais; e por fim (iii) na revisão de junho do índice **FTSE**, a ação do IRB entrou compondo o Renaissance Latin America, que representa as atividades e o desempenho dos novos emissores cujo mercado primário de negociação é a América Latina. Desde o momento da abertura de capital em 2017, a Companhia já integrava outros dois índices relevantes de governança: (i) o índice **ITAG** (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado), que representa as empresas que oferecem melhores condições aos acionistas minoritários, no caso de alienação do controle, e (ii) o índice **IGC** (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada), que engloba as empresas listadas no Novo Mercado ou nos Níveis 1 ou 2 da B3.

Encerramos o primeiro semestre de 2018 com um crescimento robusto no volume de prêmio emitido de 16,7% em relação ao mesmo período de 2017, alcançando R\$ 3,3 bilhões. Desse montante, R\$ 2,1 bilhões correspondem ao volume de prêmio emitido no Brasil, um crescimento de 6,9% em relação ao primeiro semestre de 2017; e R\$ 1,3 bilhão corresponde ao volume de prêmio emitido no exterior, que apresentou um crescimento de 37,0% em comparação ao primeiro semestre de 2017. A combinação do ganho de *market share* sustentado pela efetivação de novos contratos no período e pela ampliação de participação em contratos que já integravam o portfólio da Companhia, contribuíram para o crescimento do volume de prêmio emitido no semestre.

O resultado de *underwriting* apresentou uma expansão de 41,7% no primeiro semestre de 2018, totalizando R\$ 552,8 milhões, ratificando, mais uma vez, a estratégia bem-sucedida de compensar a queda no resultado financeiro, em função da queda da taxa Selic. A redução da Selic média no primeiro semestre de 2018 foi de 44%, com isso nosso resultado financeiro e patrimonial recuou 17,7% em relação ao primeiro semestre de 2017, ainda assim, inferior à queda da Selic média no mesmo período.

Consequentemente, no primeiro semestre de 2018 o lucro líquido do período avançou 19,1% em relação ao primeiro semestre de 2017, totalizando R\$ 541,3 milhões, com um retorno sobre o patrimônio líquido médio de 30%.

Mais uma vez, o IRB Brasil RE manteve seu status de reconhecimento como o líder em resseguros no Brasil, seguindo com a estratégia de ampliar sua relevância na América Latina, tanto em operações de resseguro como também em operações de retrocessão, visando a reciprocidade com seus parceiros estratégicos. A estratégia de crescimento no mercado internacional permanece focada nas linhas de negócios em que a Companhia possui alto grau de expertise, como os segmentos de *property*, rural, vida e aviação.

O *guidance* anual da Companhia apresentado ao mercado no início deste ano prevê: (i) um crescimento do prêmio emitido em relação a 2017 na faixa de 9% a 16%, sendo que o realizado no primeiro semestre de 2018 foi de 16,7%; (ii) um índice combinado ampliado para 2018 na faixa de 70% a 76%, sendo que o realizado no primeiro semestre de 2018 foi de 70,6%; e (iii) um índice de despesa administrativa na faixa de 5,4% a 6,4%, sendo que o realizado no primeiro semestre de 2018 foi de 5,4%.

**Destaques do Semestre**

- **Prêmio Emitido** atingiu R\$ 3.331,6 milhões no primeiro semestre de 2018, um crescimento de 16,7% em relação aos primeiros seis meses de 2017.
- No primeiro semestre de 2018, o **resultado de Underwriting** totalizou R\$ 552,8 milhões, um avanço de 41,7% em relação ao primeiro semestre de 2017.
- No primeiro semestre de 2018, o **índice de despesa administrativa** foi de 5,4% uma redução de 1,3 ponto percentual, comparativamente ao primeiro semestre de 2017, com as despesas administrativas totalizando R\$ 113,9 milhões.
- A **rentabilidade da carteira global** de ativos foi de 141% do CDI no primeiro semestre de 2018, comparativamente a 132% do CDI no primeiro semestre de 2017, um avanço de 9 pontos percentuais.
- O **Lucro líquido** avançou 19,1% no primeiro semestre de 2018, passando de R\$ 454,4 milhões no primeiro semestre de 2017 para R\$ 541,3 milhões no primeiro semestre de 2018.
- O **ROAE\*** (Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio) nos primeiros seis meses do ano foi de 30%, um avanço de 2 pontos percentuais sobre o primeiro semestre de 2017, que foi de 28%.

*Nota: Conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras, nota explicativa 3.1 – Demonstrações de Resultados por Segmento, a Administração da Companhia utiliza, para fins de cálculo dos seus indicadores de performance, em linha com as práticas adotadas pelas resseguradoras globais, uma aglutinação de contas contábeis denominada “Visão do Negócio”, conforme apresentado na análise deste documento.*

\*ROAE = [(Lucro líquido do período/Número de dias úteis do período)/(Número de dias úteis do ano)] / [(patrimônio líquido de 2017 + patrimônio líquido do final do período)/2]

**Eventos Subsequentes ao Período**

– **IRB Asset Management:** Em 16 de julho de 2018, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) autorizou a IRB ASSET MANAGEMENT S.A. - subsidiária integral da Companhia – a prestar serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

**Desempenho**

**Prêmio Emitido, Prêmio Retido e Prêmio Ganho**

No primeiro semestre de 2018, o volume total de **prêmio emitido** avançou 16,7% em relação ao primeiro semestre de 2017, totalizando R\$ 3.331,6 milhões. Desse montante, R\$ 2.062,4 milhões corresponderam ao volume de prêmio emitido no Brasil e R\$ 1.269,3 milhão no exterior, que ampliou sua participação de 32,4% do prêmio emitido no primeiro semestre de 2017 para 38,1% no mesmo período de 2018.

O crescimento de 16,7% no volume de prêmio emitido no primeiro semestre de 2018 é reflexo da efetivação de novos contratos, tanto no Brasil quanto no exterior, bem como do aumento nas participações dos contratos existentes.

O volume de **prêmio emitido no Brasil** no primeiro semestre de 2018 contribuiu com um avanço de 6,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse avanço decorre, primordialmente, das renovações e da expansão na participação dos contratos existentes no Brasil. De janeiro a junho de 2018, o segmento que liderou a emissão de prêmio emitido no Brasil foi o de *property*, que respondeu por 36,6% do prêmio total emitido no país, seguido pelo rural com 20,4% de participação.

Outra contribuição positiva para o semestre foi da expansão de 37,0% no volume de **prêmio emitido no exterior** em relação ao primeiro semestre de 2017. Esse crescimento é reflexo das renovações de contratos, de novos contratos captados na América Latina, bem como do efeito positivo da variação cambial no período. Do total de prêmio emitido no exterior, o segmento que liderou a emissão de prêmio foi o de vida, que respondeu por 40,6% do prêmio total emitido no exterior, seguido pelo rural com 17,0% do prêmio emitido no exterior nos primeiros seis meses de 2018.

No primeiro semestre, o **índice de retrocessão** saiu de 32,6% em 2017 para 25,9% em 2018, um recuo de 6,7 pontos percentuais. Em termos nominais, o custo de retrocessão apresentou uma queda de 7,3% no primeiro semestre, passando de R\$ 929,8 milhões no primeiro semestre de 2017 para R\$ 862,2 milhões no mesmo período de 2018, reflexo da diluição do custo da proteção comparativamente ao crescimento de 16,7% de crescimento do prêmio emitido.

O IRB Brasil RE está conseguindo reduzir seus custos na compra de proteção, ou seja, seu custo de retrocessão, mantendo o mesmo nível de retenção de riscos que praticava em anos anteriores, devido à conquista de maior confiança por parte de seus retrocessionários, uma vez que: (i) tem provado seu *track record* em qualidade de subscrição; (ii) tem evoluído sua ferramenta de precificação; (iii) tem avançado na granularidade de seus *guidelines* de subscrição; (iv) o próprio IPO (Oferta Pública Inicial de Ações), com o ingresso no Novo Mercado, elevou o nível de Governança da Companhia; e por fim, (v) a qualidade dos investidores que compõem a nossa base acionária, contribuiu para ratificar a credibilidade da Companhia.

Consequentemente, no primeiro semestre de 2018, a combinação de aumento no volume de prêmio emitido e a redução no índice de retrocessão levou o **prêmio retido** a totalizar R\$ 2.469,4 milhões, aumento de 28,2% em relação ao mesmo período de 2017.

A **variação da provisão técnica** tem o papel de reter valores que são frutos de um incremento robusto do prêmio retido da Companhia, de forma a impedir que todo seu valor seja levado, prematuramente, para o prêmio ganho e consequentemente para o resultado da Companhia.

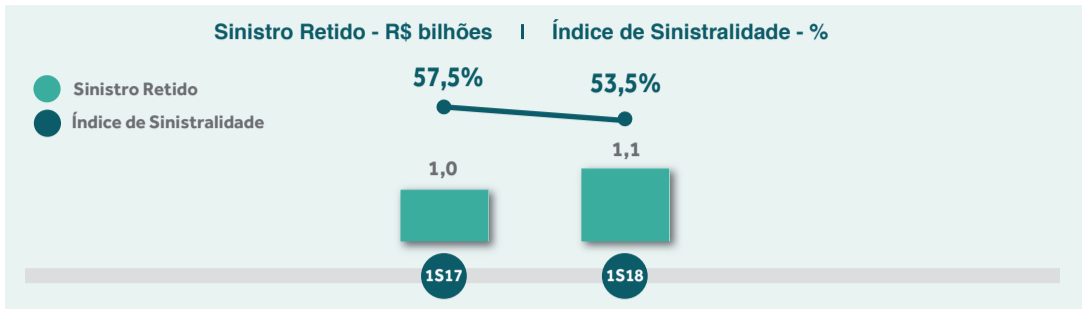
Com o passar do tempo de cobertura das apólices, em função da performance dos negócios e do prazo para que os riscos expirem, essa provisão poderá ser levada para prêmio ganho e consequentemente para o resultado.

Assim, a Companhia no primeiro semestre, manteve uma constituição de provisão técnica de forma conservadora no valor de R\$ 350,0 milhões, contra uma constituição de R\$ 161,4 milhões no primeiro semestre de 2017, de forma que o incremento no prêmio retido não fosse, integralmente, levado a resultado no primeiro semestre de 2018.

Com isso, o **prêmio ganho** no acumulado de seis meses de 2018 atingiu R\$ 2.119,4 milhões, um crescimento de 20,1% em relação aos seis meses de 2017 (R\$ 1.764,4 milhões).

**Sinistro Retido**

No primeiro semestre de 2018, o índice de sinistralidade foi de 53,5%, contra 57,5% no mesmo período do ano anterior, uma melhora de 4,1 pontos percentuais. A sinistralidade no primeiro semestre de 2018, quando comparada com 2017, apresentou redução devido, primordialmente, a: (i) melhoria das ferramentas de subscrição e precificação; (ii) aprimoramento dos *guidelines* da Companhia; e (iii) maior automatização na troca de informação com os clientes, além de ajustes marginais no preço.



**Resultado de Subscrição (Underwriting)**

O resultado de *underwriting* cresceu 41,7% no primeiro semestre de 2018 quando comparado ao mesmo período de 2017, passando de R\$ 390,1 milhões no primeiro semestre de 2017 para R\$ 552,8 milhões no primeiro semestre de 2018. Esse avanço decorre da nova realidade de preços, da melhoria dos *guidelines* de *underwriting* da Companhia, dos constantes treinamentos para as seguradoras parceiras contribuindo para uma melhor avaliação dos riscos. A combinação do recuo no índice de sinistralidade em 4,1 pontos percentuais, com o aumento do volume de prêmio emitido no período viabilizaram o avanço no resultado de *underwriting* da Companhia.

**Resultado Financeiro e Patrimonial**

No primeiro semestre de 2018 o resultado financeiro e patrimonial recuou 17,7%, saindo de R\$ 438,3 milhões no primeiro semestre de 2017 para R\$ 360,5 milhões, inferior à queda da SELIC média, que passou de 11,81% no primeiro semestre de 2017 para 6,56% no primeiro semestre de 2018, uma redução de 44%.

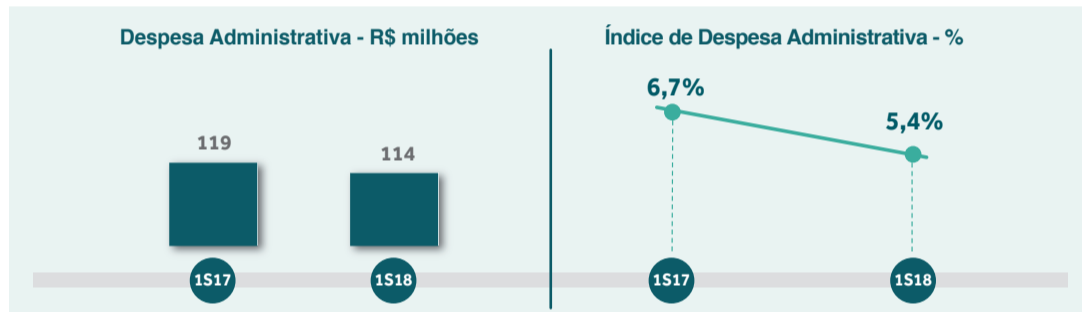
Ao final do semestre, a carteira de investimentos financeiros e imobiliários da Companhia totalizava, aproximadamente, R\$ 6,1 bilhões, com uma rentabilidade equivalente a 141% do CDI no período de janeiro a junho de 2018, uma expansão de 9 pontos percentuais em relação ao primeiro semestre de 2017 (132% do CDI). A performance da gestão da carteira de investimentos financeiros deveu-se, especialmente a alocações táticas em ativos US dólar mais que compensando a redução reportada dos títulos públicos indexados à inflação e dos títulos públicos prefixados durante o período.

O saldo médio diário da carteira de investimentos financeiros durante o primeiro semestre de 2018, excluindo a carteira de imóveis, totalizou R\$ 5,4 bilhões.

Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 145 da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, o IRB Brasil RE declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações, bem como a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, caso os tenha.

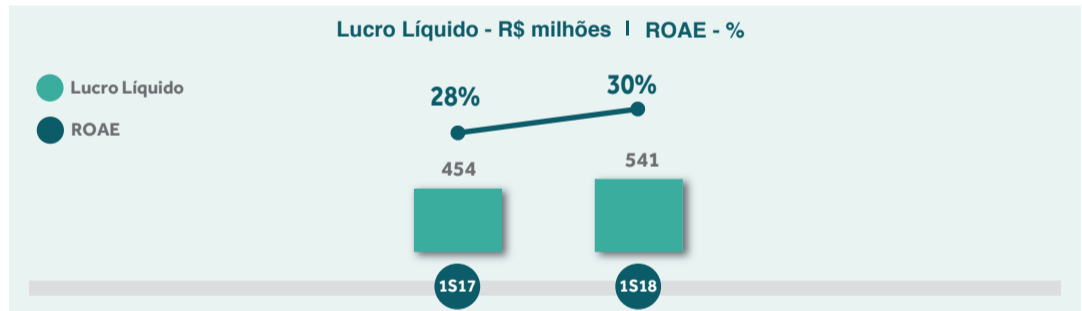
**Despesa Administrativa**

No primeiro semestre de 2018, a relação entre a despesa administrativa sobre prêmio ganho recuou 1,3 ponto percentual, passando de 6,7% no primeiro semestre de 2017 para 5,4% no mesmo período de 2018. Em termos nominais, a despesa administrativa recuou 3,9%, passando de R\$ 118,5 milhões no primeiro semestre de 2017 para R\$ 113,9 milhões no mesmo período de 2018. A redução no índice de despesa administrativa ocorreu em virtude de renegociações em contratos relevantes para a Companhia, principalmente na área de tecnologia da informação e também de reestruturações na parte de pessoal.



**Lucro Líquido**

No primeiro semestre de 2018, o lucro líquido apresentou uma expansão de 19,1% em relação a 2017, passando de R\$ 454,4 milhões em 2017 para R\$ 541,3 milhões nos primeiros seis meses de 2018. O Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) de 30% expandiu 2 pontos percentuais sobre 2017, de 28%. Esse resultado reflete o crescimento do resultado operacional mais que compensando a redução do resultado financeiro nos períodos, em função da queda da taxa Selic.



**Desempenho das ações**

De 31 de julho de 2017 (data do IPO) a 30 de junho de 2018, as ações do IRB (B3:IRBR3) atingiram um volume médio diário negociado de aproximadamente R\$ 47,0 milhões, uma média diária de 1,2 milhão de negócios. O valor de mercado da Companhia em 30 de junho de 2018 era de R\$ 15,1 bilhões, com uma apreciação de 74,0% das ações nesses 11 meses iniciais. O valor de mercado da Companhia no IPO era de R\$ 8,5 bilhões.

No primeiro semestre 2018, as ações do IRB atingiram um volume médio diário negociado de aproximadamente R\$ 58,6 milhões, uma média diária de 1,3 milhão de negócios.

Em virtude da boa liquidez e volume negociados, a ação do IRB foi incluída no índice IBRX-100, no índice do MSCI (Morgan Stanley Capital International) e no FTSE Renaissance Latin America durante os primeiros seis meses de 2018.

**Governança Corporativa**

A atuação do IRB Brasil RE se baseia em elevados padrões de governança corporativa. A Companhia aderiu ao segmento de listagem do Novo Mercado da B3, evidenciando o comprometimento da própria Companhia e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores. Para ser elegível a este segmento, a Companhia deve seguir a uma série de regras relacionadas à dispersão acionária, instauração de comitês de fiscalização e controle e divulgação de informações periódicas e eventuais ao mercado.

O Conselho de Administração é assessorado por seis comitês, que atuam nas seguintes áreas: Auditoria, Gestão de Riscos, Subscrição, Remuneração, Investimento e Governança Corporativa

Em adição ao Comitê de Auditoria, órgão estatutário, constituído conforme regulamentação vigente, a Companhia possui também uma área de Auditoria Interna, que é subordinada ao Conselho de Administração e deve examinar a integridade, a adequação e a eficácia dos controles internos da Companhia.

Além disso, a Companhia possui um Conselho Fiscal, que atua de modo permanente, e é o órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa.

Há, ainda, um Comitê de Ética, de caráter deliberativo, que tem por finalidade apurar, de ofício ou mediante denúncia, conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes, que assessora a Diretoria. Adicionalmente, a Companhia conta com um canal de denúncias (Canal de Ética Corporativa) totalmente independente, para funcionários e terceiros, no Brasil e exterior, com garantia de anonimato e confidencialidade.

**Relacionamento com Auditores Independentes**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a o IRB Brasil RE e suas controladas adotam como procedimento formal certificar-se de que os auditores da PricewaterhouseCoopers (PwC) não sejam afetados, quanto à independência e à objetividade necessária ao seu trabalho junto à Companhia, pela prestação de serviços a outras empresas. No semestre findo em 30 de junho de 2018, a PwC prestou serviços adicionais no valor total de R\$ 195 mil, referentes a assessoria para avaliação de implementação e divulgação de novos pronunciamentos contábeis e avaliação de segurança em infraestrutura e aplicativos web.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes considera que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância às normas contábeis que tratam da isenção dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e, por isso, não representou situação que poderia afetar a independência e a objetividade no desempenho de seus serviços de auditoria externa.

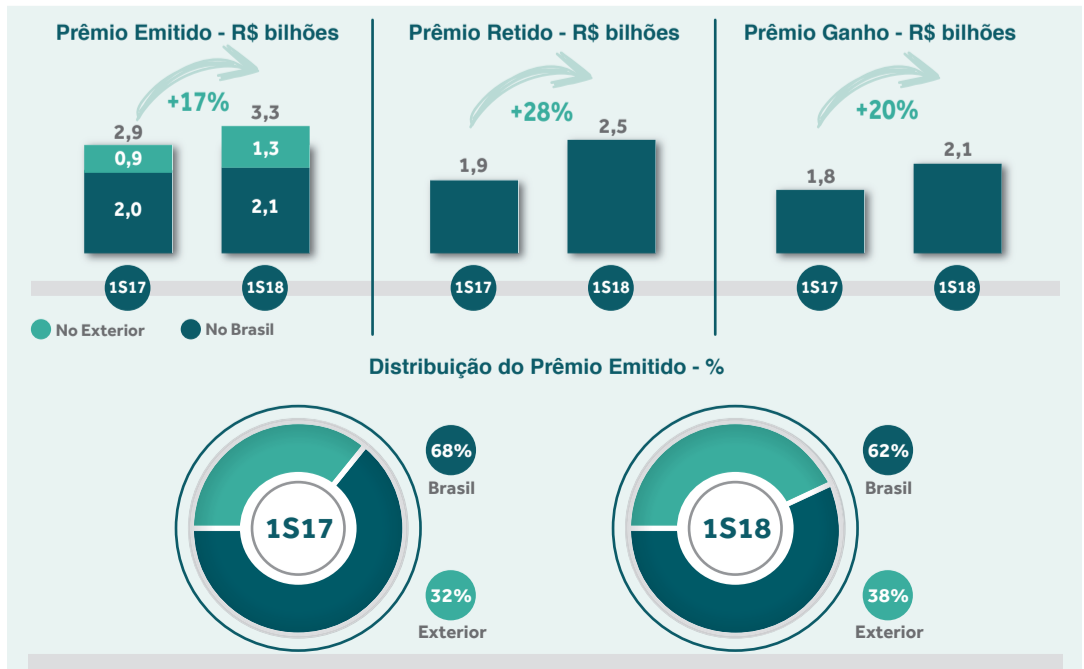
**Declaração da Diretoria**

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM no. 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações contábeis relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2018, e que concordou com as opiniões expressas no Relatório de Auditores Independentes.

**Agradecimentos**

Expressamos nossa gratidão e reconhecimento a todos os colaboradores, fornecedores e parceiros, além de acionistas e clientes das sociedades seguradoras, pela indicação do IRB Brasil RE como ressegurador prioritário na sua proteção. Agradecemos também aos representantes do poder público e aos corretores, pelo apoio e confiança em nossa missão de proporcionar soluções para o mercado segurador com foco em rentabilidade, inovação e sustentabilidade.

**A Administração**



continuação

**Balancos patrimoniais**

Em milhares de reais

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>CIRCULANTE</b>		<b>9.999.841</b>	<b>8.229.674</b>	<b>10.111.627</b>	<b>8.334.796</b>
Disponível		33.890	16.222	47.144	25.771
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.890	16.222	47.144	25.771
APLICAÇÕES	6	2.334.651	1.547.657	2.399.332	1.596.357
CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES	7.1	4.163.440	3.219.998	4.163.457	3.220.012
Operações com seguradoras	7.2.1	3.112.696	2.263.360	3.112.696	2.263.360
Operações com resseguradoras	7.2.2	1.041.214	949.586	1.041.214	949.586
Outros créditos operacionais		67.245	65.161	67.262	65.175
(-) Provisão para riscos de créditos	7.3	(57.715)	(58.109)	(57.715)	(58.109)
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS		3.273.157	3.246.054	3.273.163	3.274.937
Prêmios - retrocessão	8.2	854.043	810.820	854.043	810.820
Sinistros - retrocessão	8.1	2.410.328	2.423.673	2.410.334	2.452.556
Outras provisões	8.3	8.786	11.561	8.786	11.561
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		97.656	131.702	129.344	149.678
Titulos e créditos a receber	9	28.373	11.373	56.367	25.676
Créditos tributários e previdenciários	10.1	69.283	120.329	72.977	124.002
DESPESAS ANTECIPADAS		18.078	6.103	20.218	6.103
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	11	78.969	61.938	78.969	61.938
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>5.075.943</b>	<b>6.063.863</b>	<b>5.001.350</b>	<b>6.008.414</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.284.259	5.303.129	4.324.311	5.399.596
APLICAÇÕES	6	3.028.529	4.111.301	3.087.424	4.219.705
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS		73.481	49.473	73.481	49.473
Prêmios - retrocessão	8.2	73.481	49.473	73.481	49.473
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		1.182.249	1.142.355	1.163.406	1.130.418
Titulos e créditos a receber	9	142.010	107.333	148.644	108.544
Créditos tributários e previdenciários	10.1	39.962	57.868	39.962	57.868
Ativo fiscal diferido	10.1	361.025	348.918	335.548	335.770
Depósitos judiciais e fiscais	22	639.252	628.236	639.252	628.236
INVESTIMENTOS		662.059	629.327	547.129	477.135
Participações societárias	1.3	653.267	623.352	-	-
Imóveis destinados à renda	12	5.673	5.831	544.010	476.991
Outros investimentos		3.119	144	3.119	144
IMOBILIZADO	13	76.111	77.310	76.195	77.385
INTANGÍVEL	14	53.514	54.097	53.715	54.298
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>15.075.784</b>	<b>14.293.537</b>	<b>15.112.977</b>	<b>14.343.210</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>CIRCULANTE</b>		<b>10.437.202</b>	<b>9.681.833</b>	<b>10.473.693</b>	<b>9.730.998</b>
CONTAS A PAGAR		289.938	218.825	325.337	238.462
Obrigações a pagar	15.1	129.673	97.478	150.075	106.531
Impostos e encargos sociais a recolher		22.808	23.898	24.589	23.898
Provisões trabalhistas	23	11.049	8.191	11.049	8.191
Provisões para benefícios pós-emprego	15.2 e 26.4	40.490	38.655	40.490	38.655
Impostos e contribuições a recolher	16	85.918	50.603	93.918	55.516
Provisão para desvalorização de investimentos	1.3	-	-	5.216	5.671
<b>DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES</b>	17.1	<b>1.280.822</b>	<b>1.251.895</b>	<b>1.281.138</b>	<b>1.252.165</b>
Operações com seguradoras	17.2.1	8.120	606	8.120	606
Operações com resseguradoras	17.2.1	1.135.686	1.137.443	1.135.686	1.137.443
Corretores de resseguros e retrocessões	17.2.2	115.221	82.759	115.537	83.029
Outros débitos operacionais	17.2.2	21.795	31.087	21.795	31.087
<b>DEPÓSITOS DE TERCEIROS</b>	18	<b>170.708</b>	<b>166.766</b>	<b>170.708</b>	<b>166.766</b>
PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGUROS E RETROCESSÕES		8.695.734	8.044.347	8.696.510	8.073.605
RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO		8.695.734	8.044.347	8.696.510	8.073.605
Provisão de prêmios não ganhos	19.1	2.175.091	1.836.237	2.175.091	1.836.237
Riscos vigentes emitidos		1.941.731	1.622.914	1.941.731	1.622.914
Riscos vigentes não emitidos		233.360	213.323	233.360	213.323
Sinistros a liquidar	19.2	4.582.548	4.343.294	4.583.324	4.372.552
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	19.2	1.679.161	1.687.480	1.679.161	1.687.480
Outras provisões	19.3	258.934	177.336	258.934	177.336
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.117.326</b>	<b>1.030.521</b>	<b>1.118.028</b>	<b>1.031.029</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.117.326	1.030.521	1.118.028	1.031.029
CONTAS A PAGAR		830.222	839.788	830.924	840.296
Obrigações fiscais	22	426.791	418.208	426.791	418.208
Provisões para benefícios pós-emprego	15.2 e 26.4	403.431	419.189	403.431	419.189
Obrigações a pagar	15.1	-	2.391	702	2.899
<b>DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES</b>	17.2.2	<b>789</b>	<b>789</b>	<b>789</b>	<b>789</b>
Outros débitos operacionais	17.2.2	789	789	789	789
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGUROS E RETROCESSÕES</b>		<b>226.251</b>	<b>130.670</b>	<b>226.251</b>	<b>130.670</b>
RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO		226.251	130.670	226.251	130.670
Provisão de prêmios não ganhos	19.1	205.495	115.739	205.495	115.739
Riscos vigentes emitidos		20.756	14.931	20.756	14.931
Riscos vigentes não emitidos	22	60.064	59.274	60.064	59.274
Contingências civis e trabalhistas		60.064	59.274	60.064	59.274
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>11.554.528</b>	<b>10.712.354</b>	<b>11.591.721</b>	<b>10.762.027</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.521.256</b>	<b>3.581.183</b>	<b>3.521.256</b>	<b>3.581.183</b>
Capital social		1.953.080	1.953.080	1.953.080	1.953.080
Reservas de lucros		1.149.631	1.277.821	1.149.631	1.277.821
Ajustes de avaliação patrimonial	24.4	(109.837)	(76.161)	(109.837)	(76.161)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	439.399	-	439.399
Ações em tesouraria	24.2	(12.956)	(12.956)	(12.956)	(12.956)
Lucros acumulados		541.338	-	541.338	-
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>15.075.784</b>	<b>14.293.537</b>	<b>15.112.977</b>	<b>14.343.210</b>

**Demonstrações dos resultados**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Trimestre						Semestre	
		Controladora			Consolidado			Consolidado	
		1º/04 a 30/06/2018	1º/04 a 30/06/2017	1º/04 a 30/06/2018	1º/04 a 30/06/2017	1º/01 a 30/06/2018	1º/01 a 30/06/2017	1º/01 a 30/06/2018	1º/01 a 30/06/2017
Prêmios emitidos líquidos		1.736.610	1.374.071	1.736.610	1.374.071	2.927.892	2.546.561	2.927.892	2.546.561
Variações das provisões técnicas		(326.709)	(288.908)	(326.709)	(288.908)	(346.497)	(351.555)	(346.497)	(351.555)
<b>PRÊMIOS GANHOS</b>	25.1	<b>1.409.901</b>	<b>1.085.163</b>	<b>1.409.901</b>	<b>1.085.163</b>	<b>2.581.395</b>	<b>2.195.006</b>	<b>2.581.395</b>	<b>2.195.006</b>
<b>SINISTROS OCORRIDOS</b>	25.2	<b>(739.972)</b>	<b>(676.065)</b>	<b>(739.972)</b>	<b>(676.065)</b>	<b>(1.056.259)</b>	<b>(1.111.792)</b>	<b>(1.056.259)</b>	<b>(1.111.792)</b>
Sinistros diretos		(884.311)	(807.387)	(884.311)	(807.387)	(1.378.545)	(1.368.404)	(1.378.545)	(1.368.404)
Salvados e ressarcimentos		178.741	34.986	178.741	34.986	196.192	52.355	196.192	52.355
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(34.402)	96.336	(34.402)	96.336	126.094	204.257	126.094	204.257
<b>CUSTOS DE AQUISIÇÃO</b>	25.3	<b>(36.874)</b>	<b>(40.239)</b>	<b>(36.874)</b>	<b>(40.239)</b>	<b>(66.196)</b>	<b>(66.559)</b>	<b>(66.196)</b>	<b>(66.559)</b>
Comissões		(36.874)	(40.239)	(36.874)	(40.239)	(66.196)	(66.559)	(66.196)	(66.559)
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	25.5	<b>(17.875)</b>	<b>(23.765)</b>	<b>(17.875)</b>	<b>(23.294)</b>	<b>(15.234)</b>	<b>(31.661)</b>	<b>(15.234)</b>	<b>(30.757)</b>
<b>RESULTADO COM RETROCESSÃO</b>	25.4	<b>(234.606)</b>	<b>(157.219)</b>	<b>(234.606)</b>	<b>(157.219)</b>	<b>(780.921)</b>	<b>(550.235)</b>	<b>(780.921)</b>	<b>(550.235)</b>
Recultas com retrocessões	25.4.1	161.479	174.286	161.479	174.286	31.305	157.282	31.305	157.282
Despesas com retrocessões	25.4.2	(395.398)	(309.635)	(395.398)	(309.635)	(804.512)	(676.204)	(804.512)	(676.204)
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário		(3.869)	(25.088)	(3.869)	(25.088)	(11.492)	(36.124)	(11.492)	(36.124)
Outras receitas e despesas operacionais		3.182	3.218	3.182	3.218	3.778	4.811	3.778	4.811
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	25.6	<b>(62.244)</b>	<b>(55.863)</b>	<b>(66.690)</b>	<b>(61.073)</b>	<b>(117.594)</b>	<b>(135.522)</b>	<b>(126.448)</b>	<b>(142.128)</b>
<b>DESPESAS COM TRIBUTOS</b>	25.7	<b>(41.934)</b>	<b>8.039</b>	<b>(43.098)</b>	<b>6.525</b>	<b>(69.855)</b>	<b>(21.144)</b>	<b>(71.525)</b>	<b>(22.658)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	25.8	<b>46.055</b>	<b>189.427</b>	<b>86.875</b>	<b>196.280</b>	<b>117.270</b>	<b>350.780</b>	<b>203.149</b>	<b>371.249</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		<b>245.457</b>	<b>446.953</b>	<b>285.478</b>	<b>465.709</b>	<b>862.140</b>	<b>1.353.658</b>	<b>947.236</b>	<b>1.385.254</b>
Recultas financeiras provenientes da carteira de investimentos		274.608	413.863	310.404	411.566	815.464	1.290.894	892.973	1.301.150
Recultas financeiras outras		(29.151)	33.090	(24.926)	54.143	46.676	62.764	54.263	84.104
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>(199.402)</b>	<b>(257.526)</b>	<b>(198.603)</b>	<b>(269.429)</b>	<b>(744.870)</b>	<b>(1.002.878)</b>	<b>(744.087)</b>	<b>(1.014.005)</b>
Despesas financeiras provenientes da carteira de investimentos		(136.138)	(211.350)	(135.001)	(193.037)	(579.478)	(903.333)	(578.357)	(885.051)
Despesas financeiras outras		(63.264)	(46.176)	(63.602)	(76.392)	(165.392)	(99.545)	(165.730)	(128.954)
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	25.9	<b>53.656</b>	<b>11.086</b>	<b>33.195</b>	<b>14.399</b>	<b>89.934</b>	<b>25.872</b>	<b>45.928</b>	<b>22.204</b>
Recultas (despesas) com imóveis de renda, líquidas		19.879	(79)	31.970	14.544	19.800	(158)	44.830	22.345
Ajustes de investimentos em controladas		32.552	11.304	-	-	69.036	26.165	-	-
Outras recultas (despesas) patrimoniais, líquidas		1.225	(139)	1.225	(145)	1.098	(135)	1.098	(141)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>376.107</b>	<b>340.564</b>	<b>390.856</b>	<b>344.477</b>	<b>682.540</b>	<b>654.745</b>	<b>713.889</b>	<b>664.330</b>
<b>GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES</b>		-	5	-	5	-	5	-	5
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>376.107</b>	<b>340.569</b>	<b>390.856</b>	<b>344.482</b>	<b>682.540</b>	<b>654.750</b>	<b>713.889</b>	<b>664.335</b>
Imposto de renda	25.10	(30.626)	(53.446)	(41.465)	(56.074)	(45.435)	(98.595)	(68.475)	(105.634)
Contribuição social	25.10	(58.151)	(55.418)	(62.061)	(56.703)	(95.767)	(101.775		

continuação  
**Notas explicativas às informações trimestrais - ITR em 30 de junho de 2018**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Seção A – Informações gerais**

**1.1. Contexto operacional**

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE", "Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima privada de capital aberto, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, com sede na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo, Buenos Aires, Londres e Nova Iorque. Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no país e no exterior. A Companhia tem suas ações negociadas na B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 30 de junho de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de julho de 2018.

**1.2. Bases de preparação**

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das demonstrações contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 27.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 28.

O IRB Brasil RE mantém sucursal em Londres, cujas operações encontram-se em processo de descontinuidade (*run-off*). Em 11 de dezembro de 2014, em sua 209ª Reunião Ordinária, o Conselho de Administração aprovou a avaliação das operações dessa sucursal a valor de mercado para posterior apreciação de propostas para sua eventual alienação. A referida avaliação não gerou perdas nas demonstrações contábeis do IRB Brasil RE. Uma vez que a operação de Londres não representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações da Companhia, conforme requerido pelo CPC 31, os saldos da referida sucursal não foram apresentados como operação descontinuada.

A Companhia também possui outra sucursal na Argentina que teve suas operações iniciadas em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis destas sucursais estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais e consolidados da Companhia.

**1.3. Consolidação**

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 4.2 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo: Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. A Companhia possui uma controlada localizada nos Estados Unidos da América que se encontra em processo de *run-off* (*IRB International*), uma empresa que concentra os investimentos imobiliários da Resseguradora e uma *asset management* em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

A Companhia aportou capital no IRB *Asset Management* em 2017. Em 16 de junho de 2018, a CVM autorizou a prestação dos serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, vide Nota 29. Em 30 de junho de 2018, a Companhia possui um saldo de R\$ 5.216 (R\$ 5.671 em 31 de dezembro de 2017) de *impairment* do investimento detido no IRB *International*.

As informações sobre as controladas estão apresentadas conforme abaixo:

30 de junho de 2018						
	IRB International Corporation & Subsidiaries	IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.	IRB Management Impairment	IRB Asset	Total	
Percentual de participação						
no capital social.....	100,0%	100,0%				
Quantidade de ações possuídas.....	5.000.000	168.465.949				
Ativo.....	60.054	655.475				
Passivo circulante e não circulante..	34.403	27.743				
Patrimônio líquido no fim do semestre	25.651	627.732	5.100	(5.216)	653.267	
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	(50)	69.086			69.036	

31 de dezembro de 2017						
	IRB International Corporation & Subsidiaries	IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.	IRB Management Impairment	IRB Asset	Total	
Percentual de participação						
no capital social.....	100,0%	100,0%				
Quantidade de ações possuídas.....	5.000.000	168.465.949				
Ativo.....	52.007	627.588				
Passivo circulante e não circulante..	29.797	25.875				
Patrimônio líquido no fim do período	22.210	601.713	5.100	(5.671)	623.352	
Lucro líquido do período.....	177	66.585			66.762	

A Companhia possui ainda a totalidade das quotas dos seguintes fundos de investimento:

- BB Ações 22 Fundo de Investimento
- BB Peabiru Fundo de Investimento Renda Fixa
- Bradesco Fundo de Investimento em Ações Safe IBRX-50
- Itaú FI IRB Brasil RE Renda Fixa
- Fundo de Investimento Caixa IRB Brasil RE Renda Fixa
- Bradesco FIRF IRB Caixa
- BB IRB Brasil RE FI RF LP Crédito Privado
- FI Itaú Renda Fixa IRB Brasil RE Crédito Privado
- FI Caixa IRB Brasil RE RF Crédito Privado LP
- Bradesco FI IRB Brasil RE Crédito Privado LP
- Fundo de Investimento Imobiliário FI Votorantim
- Fundo de Investimento RF IRB Brasil RE Absoluto
- Bradesco FI Multimercado IRB Brasil RE Supreme
- IRB FI Multimercado

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas com o propósito de consolidar o IRB *International Corporation & Subsidiaries*, os fundos exclusivos indicados acima, a controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A e o IRB *Asset Management*.

**Seção B – Riscos**

**2. Gerenciamento de riscos**

A gestão de riscos no IRB Brasil RE é considerada instrumento essencial para a implementação de uma estratégia de otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco/retorno para seus acionistas. A gestão de riscos tem como objetivo proteger a solvência e os resultados a longo prazo da Companhia através do processo de identificar, mensurar e de tratar riscos aos quais a Companhia está exposta no exercício de suas atividades. Objetiva também, observar as exigências do regulador assim como assegurar a adequação, o fortalecimento e o funcionamento eficiente do Sistema de Controles Internos.

Com o objetivo de reforçar a relevância conferida ao tema dentro do contexto organizacional, no primeiro trimestre de 2014 foi estabelecida a Vice-Presidência de Riscos e Compliance (à qual estão subordinadas a Gerência de Riscos Corporativos e a Gerência de Compliance), primeira responsável pela supervisão do gerenciamento de riscos do IRB Brasil RE. Contudo, mantém-se o comprometimento da Diretoria Colegiada, do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão de Riscos e de outros órgãos consultivos ou deliberativos no suporte e fomento da gestão de riscos no âmbito da Companhia.

Após a sétima revisão, em abril de 2018, foi confirmada a classificação A- (excelente), com viés positivo, pela agência de rating A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, refletindo, na opinião dessa agência, a capitalização fortemente adequada aos riscos da Companhia.

**2.1. Linhas de defesa**

O IRB Brasil RE compreende que a gestão de riscos é de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores. Seguindo o modelo de três de linhas de defesa, o IRB Brasil RE estabelece em sua Política de Gestão de Riscos e normativos internos papéis e responsabilidades na gestão de riscos para cada uma das linhas de defesa.

- 1ª linha de defesa: gestores e responsáveis diretos pelos processos, no âmbito de suas atribuições;
- 2ª linha de defesa: Gerência de Riscos Corporativos e Gerência de Compliance;
- 3ª linha de defesa: Auditoria Interna.

**2.2. Principais tipos de risco**

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Operacionais, Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez, que por sua vez são compostas por diversas subcategorias. A Companhia entende que estas categorias representam as suas principais exposições, mas que não são exaustivas, já que diversos riscos podem afetá-la.

**2.3. Riscos operacionais**

O risco operacional no IRB Brasil RE é devido à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O processo de gestão de riscos operacionais é composto por cinco etapas: identificação, análise e mensuração, tratamento, monitoramento e reporte. Neste processo, a Gerência de Riscos Corporativos atua conjuntamente com o dono do risco dando suporte e monitorando a aplicação do processo de gerenciamento de riscos operacionais pelas unidades gestoras do IRB Brasil RE.

O IRB Brasil RE possui um programa de Gestão de Continuidade de Negócios com definições de procedimentos em caso de contingência. Este programa é organizado em quatro planos de contingência específicos: Plano de Recuperação de Desastres, Plano de Continuidade Operacional, Plano de Gerenciamento de Incidentes e Plano de Recuperação de Negócios.

Alinhado com a Circular SUSEP 517/2015 e 568/2018, o IRB Brasil RE possui Banco de Dados de Perdas Operacionais com o objetivo de registrar e gerenciar a ocorrência de perdas oriundas desta categoria de risco.

**2.4 Riscos de subscrição**

O risco de subscrição advém de oscilações que podem surgir tanto de fatores internos como externos à Companhia, que contrariem as expectativas da Resseguradora em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas.

Uma das técnicas disponíveis para a mitigação e controle do risco de subscrição é a transferência de riscos por meio de retrocessão. Da mesma forma que o resseguro, a retrocessão pode cobrir um grupo de negócios ou somente riscos específicos (também chamados facultativos). O IRB Brasil RE atualmente possui programas de retrocessão (ou programas de proteção de carteira) que cobrem os grupos de ramos onde há maior exposição, buscando estabilizar os resultados e limitar as perdas, bem como ampliar sua capacidade para a aceitação de negócios estratégicos.

Além disso, para casos específicos podem ser utilizadas retrocessões facultativas, que são individualmente analisadas. Devido à própria natureza da transferência de risco, as operações de retrocessão implicam em um risco de crédito subjacente, que é tratado conforme descrito na Nota 2.6.

**2.4.1. Monitoramento dos passivos de resseguro por linhas de negócio**

A Companhia calcula suas provisões técnicas seguindo as normas do órgão regulador. O quadro abaixo demonstra os ativos e passivos brutos (PSL, IBNR, IBNER, PET, PPNG, PDR) por linhas de negócio:

	Resseguro		Controladora		Retrocessão	
	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Aeronáuticos.....	614.923	674.202	(521.229)	(559.445)		
Automóvel.....	188.336	208.309	(8.613)	(6.609)		
Habitacional.....	42.651	40.214	(55)	(193)		
Marítimos.....	229.063	175.449	(73.370)	(52.362)		
Nucleares.....	7.237	13.288	(6.051)	(11.790)		
Patrimonial.....	2.603.593	2.572.302	(1.596.680)	(1.496.003)		
Pessoas.....	270.258	307.193	(42.920)	(53.145)		
Petróleo.....	338.187	268.534	(262.503)	(223.238)		
Responsabilidades.....	641.597	644.141	(303.659)	(315.362)		
Riscos financeiros.....	512.407	511.503	(134.805)	(152.746)		
Rural.....	638.369	521.149	(47.793)	(80.799)		
Transportes.....	481.417	410.808	(250.774)	(210.240)		
Aceitação do exterior.....	2.050.809	1.563.482	(77.803)	(120.034)		
Sucursais no exterior.....	115.262	97.528	(20.383)	(13.561)		
Run-off.....	187.876	166.915	-	-		
<b>Total</b>	<b>8.921.985</b>	<b>8.175.017</b>	<b>(3.346.638)</b>	<b>(3.295.527)</b>		

	Resseguro		Consolidado		Retrocessão	
	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Aeronáuticos.....	614.923	674.202	(521.229)	(559.445)		
Automóvel.....	188.336	208.309	(8.613)	(6.609)		
Habitacional.....	42.651	40.214	(55)	(193)		
Marítimos.....	229.063	175.449	(73.370)	(52.362)		
Nucleares.....	7.237	13.288	(6.051)	(11.790)		
Patrimonial.....	2.603.593	2.572.302	(1.596.680)	(1.496.003)		
Pessoas.....	270.258	307.193	(42.920)	(53.145)		
Petróleo.....	338.187	268.534	(262.503)	(223.238)		
Responsabilidades.....	641.597	644.141	(303.659)	(315.362)		
Riscos financeiros.....	512.407	511.503	(134.805)	(152.746)		
Rural.....	638.369	521.149	(47.793)	(80.799)		
Transportes.....	481.417	410.808	(250.774)	(210.240)		
Aceitação do exterior.....	2.050.809	1.592.740	(77.809)	(148.917)		
Sucursais no exterior.....	116.038	97.528	(20.383)	(13.561)		
Run-off.....	187.876	166.915	-	-		
<b>Total</b>	<b>8.922.761</b>	<b>8.204.275</b>	<b>(3.346.644)</b>	<b>(3.324.410)</b>		

**2.4.2. Desenvolvimento de sinistros**

As tabelas a seguir apresentam o desenvolvimento dos sinistros da Companhia, por ano de subscrição.

**Sinistros brutos de retrocessão**

**• Bruto de retrocessão**

Ano de subscrição	30 de junho de 2018						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sinistros incorridos							
no ano.....	342.520	1.107.829	293.187	656.095	330.900	346.916	13.331
Um ano depois.....	975.304	1.362.435	1.331.605	2.184.610	1.970.743	1.019.921	-
Dois anos depois.....	1.813.805	2.039.277	1.709.391	2.588.521	2.686.285	-	-
Três anos depois.....	2.005.247	2.074.119	1.775.186	2.784.703	-	-	-
Quatro anos depois.....	1.994.059	2.049.767	1.781.324	-	-	-	-
Cinco anos depois.....	2.000.772	2.041.418	-	-	-	-	-
Seis anos depois.....	2.004.551	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente dos sinistros acumulados.....	2.004.551	2.041.418	1.781.324	2.784.703	2.686.285	1.019.921	13.331
Pagamentos acumulados até a data-base.....	(1.814.455)	(1.867.293)	(1.549.256)	(2.233.667)	(1.855.156)	(461.508)	(2.778)
<b>Passivo reconhecido no balanço</b>	<b>190.096</b>	<b>174.125</b>	<b>232.068</b>	<b>551.036</b>	<b>831.129</b>	<b>558.413</b>	<b>10.553</b>
Passivo em relação a anos anteriores a 2012.....	-	-	-	-	-	-	1.840.379
IBNER.....	-	-	-	-	-	-	194.749
<b>Total do passivo incluído no balanço</b>	<b>190.096</b>	<b>174.125</b>	<b>232.068</b>	<b>551.036</b>	<b>831.129</b>	<b>558.413</b>	<b>10.553</b>

Ano de subscrição	31 de dezembro de 2017						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sinistros incorridos							
no ano.....	200.595	342.520	1.107.829	293.187	656.095	330.900	346.916
Um ano depois.....	516.906	975.304	1.362.435	1.331.605	2.184.610	1.970.743	-
Dois anos depois.....	765.358	1.813.805	2.039.277	1.709.391	2.588.521	-	-
Três anos depois.....	1.028.917	2.005.247	2.074.119	1.775.186	-	-	-
Quatro anos depois.....	972.769	1.994.059	2.049.767	-	-	-	-
Cinco anos depois.....	1.019.971	2.000.772	-	-	-	-	-
Seis anos depois.....	1.022.918	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente dos sinistros acumulados.....	1.022.918	2.000.772	2.049.767	1.775.186	2.588.521	1.970.743	346.916
Pagamentos acumulados até a data-base.....	(837.927)	(1.788.930)	(1.831.233)	(1.507.602)	(1.911.484)	(1.217.386)	(100.011)
<b>Passivo reconhecido no balanço</b>	<b>184.991</b>	<b>211.842</b>	<b>218.534</b>	<b>267.584</b>	<b>677.037</b>	<b>753.357</b>	<b>246.905</b>
Passivo em relação a anos anteriores a 2011.....	-	-	-	-	-	-	1.578.650
IBNER.....	-	-	-	-	-	-	204.394
<b>Total do passivo incluído no balanço</b>	<b>184.991</b>	<b>211.842</b>	<b>218.534</b>	<b>267.584</b>	<b>677.037</b>	<b>753.357</b>	<b>246.905</b>

Ano de subscrição	30 de junho de 2018						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sinistros incorridos							
no ano.....	342.520	1.107.829	293.187	656.095	330.900	346.916	13.331
Um ano depois.....	975.304	1.362.435	1.331.605	2.184.610	1.970.743	1.019.921	-
Dois anos depois.....	1.813.805	2.039.277	1.709.391	2.588.521	2.686.285	-	-
Três anos depois.....	2.005.247	2.074.119	1.775.186				



continuação

	Controladora		Consolidado	
	Ativos (*)	Passivos (**)	Ativos (*)	Passivos (**)
Fluxo de 0 a 12 meses.....	6.100.661	3.764.135	6.112.123	3.764.669
Fluxo de 12 a 24 meses.....	1.556.676	2.438.767	1.556.817	2.438.981
Fluxo de 24 a 36 meses.....	492.384	1.112.495	492.676	1.112.922
Fluxo de 36 a 48 meses.....	225.182	579.739	225.290	579.790
Fluxo acima de 48 meses.....	764.947	921.337	766.204	921.417
<b>Total</b>	<b>9.139.850</b>	<b>8.816.473</b>	<b>9.153.110</b>	<b>8.817.249</b>

(\*) O fluxo de ativos é composto pela soma dos fluxos de caixa oriundos dos ativos disponíveis para garantia, caixa e equivalentes de caixa e ativos de retrocessão e direitos creditórios.  
(\*\*) O fluxo de passivos é composto pelas provisões técnicas de resseguro.

### 2.8. Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:  
(a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.  
(b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.  
(c) O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.  
**2.9. Mensurações de valor justo reconhecidas no balanço patrimonial**  
A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 e 2 com base no grau observável do valor justo:  
(a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.  
(b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).  
(c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

		Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>					
Letras financeiras do tesouro.....	Nível 1	893.286	7.028	893.286	7.028
Operações comprometidas.....	Nível 1	314.080	313.068	314.293	313.133
Quotas de fundos de investimentos.....	Nível 1	160.646	173.240	217.784	267.760
Depósitos a prazo fixo.....	Nível 2	-	277.223	-	277.223
Quotas de fundos de renda variável.....	Nível 1	26.576	26.585	26.575	26.585
Ações de empresas nacionais.....	Nível 1	-	9.228	-	9.228
Ações no exterior.....	Nível 3	-	233.500	-	233.500
Debêntures Vale.....	Nível 1	1.667	1.309	1.667	1.309
Debêntures Inepar.....	Nível 3	11.858	11.798	11.858	11.798
Depósitos a prazo fixo.....	Nível 2	720.851	46.500	720.851	46.500
Fundos Imobiliários.....	Nível 1	9.528	-	9.528	-
Títulos Públicos no Exterior.....	Nível 1	50.313	-	50.313	-
Outros.....	Nível 2	(431)	632	-	-
<b>Total</b>		<b>2.188.374</b>	<b>1.100.111</b>	<b>2.246.155</b>	<b>1.194.064</b>

		Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>					
Letras financeiras do tesouro.....	Nível 1	2.237.301	3.363.989	2.237.301	3.363.989
Letras do tesouro nacional.....	Nível 1	-	219.820	-	219.820
Notas do tesouro nacional.....	Nível 1	674.491	401.155	674.491	401.155
Certificado de Depósito Bancário.....	Nível 2	7.082	-	7.082	-
Fundos imobiliários.....	Nível 1	-	48.480	-	48.480
Debêntures.....	Nível 1	31.758	20.563	31.758	20.563
Letras financeiras.....	Nível 1	83.115	89.851	83.115	89.851
Operações comprometidas.....	Nível 1	34.624	48.938	34.624	48.956
Nota comercial.....	Nível 1	1.053	1.019	1.053	1.019
Outros.....	Nível 2	63	17	-	-
Títulos Públicos no Exterior.....	Nível 1	67.153	93.990	67.153	93.990
American Depositary Receipts - ADR.....	Nível 1	5.028	4.425	5.028	4.425
Títulos de renda fixa no exterior.....	Nível 1	33.138	29.347	33.138	29.347
U.S. Treasury securities Obligations of U.S.....	Nível 1	-	6.925	-	6.766
Obligations of U.S. Government corporations and agencies.....	Nível 1	-	2.031	-	1.432
Non-U.S. Government.....	Nível 1	-	251	-	1.019
Sec Issued by States & Terr.....	Nível 1	-	1.173	-	219
Corporate securities.....	Nível 1	-	5.267	-	4.428
Short-term investments.....	Nível 1	-	1.731	-	1.828
<b>Total</b>		<b>3.174.806</b>	<b>4.273.114</b>	<b>3.240.601</b>	<b>4.336.265</b>

### 2.9.1. Divulgação do valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</b>				
Letras financeiras - privadas.....	-	285.733	-	285.733
<b>Total</b>	-	<b>285.733</b>	-	<b>285.733</b>

### 2.9.2. Métodos e pressupostos utilizados na estimativa do valor justo do ativo

Todos os métodos e pressupostos para avaliação na curva e a mercado, após a definição do tipo de marcação para cada ativo, seguem exclusivamente as técnicas expressas nos manuais de Marcação de ativos do IRB Brasil Re, que é inteiramente compatível com os manuais de marcação dos custodiantes, que prestam serviço e são os responsáveis pelo cálculo da marcação, tanto o Mercado quanto na Curva. Na "marcação na curva" é fixada a taxa de aquisição dos instrumentos financeiros ora em questão e utilizada como referência para cálculo dos juros para todo o horizonte da referida aplicação financeira, reconhecendo a valorização do ativo financeiro de forma "pró-rata temporis", ou seja, considerando o valor de compra do título mais a incorporação diária dos juros, proporcional ao tempo em que o título já incorreu desde a sua emissão, apropriado diariamente. Este tipo de marcação, portanto, não implica em perdas, desde que ele não seja vendido. Como o cálculo sempre considera o valor de compra mais uma apropriação diária de juros, a rentabilidade é sempre positiva. A regra de marcação pela curva tem efeitos finais similares à de marcação a mercado, desde que o título não precise ser vendido antes do vencimento. Para a marcação a mercado, se fazem necessárias a utilização de curvas de expectativas de taxas futuras, utilizadas para realizar o cálculo dos valores presentes de cada título. Nesses casos, quando necessária a construção de estruturas de juros a termo, tal mapeamento é estabelecido de acordo com as expectativas do mercado para as taxas de juros em prazos distintos, e as curvas são construídas com base na observação de preços de instrumentos de renda fixa para prazos determinados, contemplando todos os vértices líquidos (negociados no último dia útil) e fazendo uso primariamente dos preços disponibilizados pela ANBIMA. Esse mapeamento, muito embora seja contínuo, apenas pode ser observado para prazos específicos. Dessa forma, é necessário estimar a curva de juros para prazos que não possuem taxas atreladas ou negociadas no mercado, que no IRB Brasil Re, é feita utilizando interpolação exponencial.

### 2.10. Capital mínimo, de risco e liquidez em relação ao capital

O CNSP, em 15 de julho de 2015, publicou nova regulamentação relativa ao cálculo de capital mínimo para autorização e funcionamento dos resseguradores locais, cálculo do capital de risco baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, patrimônio líquido ajustado e plano de regulação e solvência, constanciada na Resolução CNSP nº 321/2015, que consolidou todas as resoluções relativas à liquidez e solvência sem alteração metodológica. Em 20 de dezembro de 2017, foi publicada a Resolução CNSP nº 360, que alterou a Resolução CNSP nº 321.  
Foram alteradas as regras de cálculo do capital de risco baseado nos riscos de crédito, reduzindo o fator de ponderação da parcela 2 deste capital, com efeitos a partir de 31 de janeiro de 2018.  
Consideram-se, para efeitos das citadas resoluções, os conceitos a seguir:  
I Capital mínimo requerido: montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.  
II Capital base: montante fixo de capital, no valor de R\$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.  
III Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.  
IV Ativos líquidos: todos os ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional em até 100,0% na cobertura das provisões técnicas.  
V Liquidez em relação ao capital de risco: situação caracterizada pela apresentação de um total de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20,0% do capital de risco obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

#### 2.10.1. Cálculo do capital mínimo requerido

O cálculo efetuado pelo IRB Brasil RE, conforme disposto nas citadas resoluções, não identificou a necessidade de aporte adicional de capital. Na data-base em 30 de junho de 2018, observou-se que o valor do patrimônio líquido ajustado é superior ao valor do capital mínimo requerido, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Capital de risco baseado em risco de subscrição.....	575.752	523.073	575.752	523.073
Capital de risco baseado em risco de crédito.....	282.560	324.364	282.560	324.364
Capital de risco baseado em risco operacional.....	37.157	33.518	37.157	33.518
Capital de risco baseado em risco de mercado.....	87.619	82.900	87.619	82.900
Benefício da diversificação de riscos.....	(158.978)	(161.909)	(158.978)	(161.909)
<b>Capital de risco total (***)</b>	<b>824.110</b>	<b>801.946</b>	<b>824.110</b>	<b>801.946</b>
Capital base.....	60.000	60.000	60.000	60.000
Capital mínimo requerido (**)	824.110	801.946	824.110	801.946
Patrimônio líquido ajustado (*).....	2.483.243	2.593.474	2.483.243	2.593.474
<b>Suficiência de patrimônio líquido ajustado.....</b>	<b>1.659.133</b>	<b>1.791.528</b>	<b>1.659.133</b>	<b>1.791.528</b>

(\*) Patrimônio utilizado para fins de apuração de solvência.  
(\*\*) O maior entre o capital de risco total e o capital base.  
(\*\*\*) O valor do capital de risco foi alterado, para a data-base de 31 de dezembro de 2017, devido a ajustes efetuados no cálculo do capital baseado no risco de crédito.

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Patrimônio líquido.....	3.521.256	3.581.183	3.521.256	3.581.183
Deduções.....	(18.078)	(6.103)	(18.078)	(6.103)
Despesas antecipadas.....	(653.267)	(623.353)	(653.267)	(623.353)
Participações societárias.....	(53.514)	(54.097)	(53.514)	(54.097)
Intangíveis.....	(105.009)	(103.312)	(105.009)	(103.312)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior.....	(237.409)	(228.626)	(237.409)	(228.626)
Outras deduções.....	(50)	(50)	(50)	(50)
Ajustes econômicos.....	29.315	27.832	29.315	27.832
<b>Patrimônio líquido ajustado.....</b>	<b>2.483.243</b>	<b>2.593.474</b>	<b>2.483.243</b>	<b>2.593.474</b>

(\*\*\*\*) O valor referente ao crédito tributário deduzido no cálculo do patrimônio líquido ajustado, corresponde ao valor do crédito tributário (Nota 10.1), que ultrapassar a 15,0% do capital mínimo requerido (CMR).

#### 2.10.2. Liquidez em relação ao capital de risco

O cálculo da liquidez em relação ao capital mínimo requerido para a data-base de 30 de junho de 2018 não identificou necessidade do IRB Brasil RE dispor de maior nível de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões.

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>Ativos elegíveis (*)</b>	<b>5.148.057</b>	<b>5.155.857</b>	<b>5.148.057</b>	<b>5.155.857</b>
Provisões técnicas.....	(8.816.473)	(8.074.546)	(8.816.473)	(8.074.546)
Ativos de retrocessão.....	3.346.638	3.295.527	3.346.638	3.295.527
Ativos redutores.....	(703.086)	(701.966)	(703.086)	(701.966)
Direitos creditórios.....	1.314.351	991.258	1.314.351	991.258
Cobertura de 20,0% do capital de risco total (**)	(163.617)	(165.266)	(163.617)	(165.266)
<b>Suficiência de liquidez.....</b>	<b>125.870</b>	<b>500.304</b>	<b>125.870</b>	<b>500.304</b>

(\*) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas.  
(\*\*) Conforme previsto pela Resolução CNSP nº 321/15, o capital de risco utilizado para fins de apuração da liquidez deve desconsiderar os fluxos não registrados utilizados no cálculo do capital de risco baseado em riscos de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>Ativos elegíveis (*)</b>	<b>5.148.057</b>	<b>5.155.857</b>	<b>5.148.057</b>	<b>5.155.857</b>
Provisões técnicas.....	(8.817.249)	(8.103.804)	(8.817.249)	(8.103.804)
Ativos de retrocessão.....	3.346.644	3.324.410	3.346.644	3.324.410
Ativos redutores.....	(703.086)	(701.966)	(703.086)	(701.966)
Direitos creditórios.....	1.314.351	991.258	1.314.351	991.258
Cobertura de 20,0% do capital de risco total (**)	(163.617)	(165.266)	(163.617)	(165.266)
<b>Suficiência de liquidez.....</b>	<b>125.100</b>	<b>499.929</b>	<b>125.100</b>	<b>499.929</b>

(\*) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas.  
(\*\*) Conforme previsto pela Resolução CNSP nº 321/15, o capital de risco utilizado para fins de apuração da liquidez deve desconsiderar os fluxos não registrados utilizados no cálculo do capital de risco baseado em riscos de mercado.

### Seção C – Informações por segmento

#### 3. Informações por segmento de negócios

##### 3.1. Demonstrações de resultados por segmentos

Os segmentos de negócios do IRB Brasil RE são identificados de acordo com sua estrutura executiva, que leva em consideração os relatórios financeiros internos para desempenho do negócio no país e no exterior, utilizados pela Administração na condução dos negócios. O lucro líquido é o principal item utilizado pela Administração para o gerenciamento dos resultados.  
Em 30 de junho de 2018 e 2017, o IRB Brasil RE tem seus resultados apurados pelas regiões geográficas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	1º de abril a 30 de junho de 2018	1º de abril a 30 de junho de 2017	1º de abril a 30 de junho de 2018	1º de abril a 30 de junho de 2017
<b>Prêmios emitidos.....</b>	<b>1.736.610</b>	<b>1.374.071</b>	<b>1.736.610</b>	<b>1.374.071</b>
Prêmio emitido - país.....	1.088.270	961.409	1.088.270	961.409
Prêmio emitido - exterior.....	648.340	412.662	648.340	412.662
<b>Prêmios ganhos.....</b>	<b>1.409.901</b>	<b>1.085.163</b>	<b>1.409.901</b>	<b>1.085.163</b>
Prêmio ganho - país.....	792.667	745.899	792.667	745.899
Prêmio ganho - exterior.....	617.234	339.264	617.234	339.264
<b>Sinistros ocorridos.....</b>	<b>(739.972)</b>	<b>(676.065)</b>	<b>(739.972)</b>	<b>(676.065)</b>
Sinistro ocorrido - país.....	(330.534)	(478.533)	(330.534)	(478.533)
Sinistro ocorrido - exterior.....	(409.438)	(197.532)	(409.438)	(197.532)
<b>Custo de aquisição.....</b>	<b>(36.874)</b>	<b>(40.239)</b>	<b>(36.874)</b>	<b>(40.239)</b>
Custo de aquisição - país.....	(18.307)	(20.161)	(18.307)	(20.161)
Custo de aquisição - exterior.....	(18.567)	(20.078)	(18.567)	(20.078)
<b>Resultado com retrocessão.....</b>	<b>(234.606)</b>	<b>(157.219)</b>	<b>(234.606)</b>	<b>(157.219)</b>
Resultado com retrocessão - país.....	(214.841)	(146.534)	(214.841)	(146.534)
Resultado com retrocessão - exterior.....	(19.765)	(10.685)	(19.765)	(10.685)
<b>Margem bruta.....</b>	<b>398.449</b>	<b>211.640</b>	<b>398.449</b>	<b>211.640</b>
Margem bruta - país.....	228.985	100.851	228.985	100.851
Margem bruta - exterior.....	169.464	110.789	169.464	110.789
Outras receitas e despesas operacionais.....	(17.875)	(23.765)	(17.875)	(23.765)
Despesas administrativas.....	(62.244)	(55.863)	(66.690)	(61.073)
Despesas com tributos.....	(41.324)	8.039	(43.098)	6.525
<b>Resultado operacional.....</b>	<b>276.396</b>	<b>140.051</b>	<b>276.396</b>	<b>140.051</b>
Resultado operacional.....	46.055	189.427	86.875	196.280
Ganhos ou perdas com ativos não correntes.....	53.656	11.086	33.195	14.399
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social.....</b>	<b>376.107</b>	<b>340.569</b>	<b>390.856</b>	<b>344.482</b>
Imposto de renda e contribuição social.....	(88.777)	(108.864)	(103.526)	(112.777)
<b>Lucro líquido do trimestre.....</b>	<b>287.330</b>	<b>231.705</b>	<b>287.330</b>	<b>231.705</b>

	Controladora		Consolidado	
	1º de janeiro a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2017	1º de janeiro	



continuação  
Seção E – Notas explicativas relevantes às demonstrações contábeis  
5. Caixa e equivalentes de caixa  
O saldo dessa conta pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional.....	1.166	210	8.377	6.141
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira.....	32.724	16.012	38.767	19.630
<b>Total.....</b>	<b>33.890</b>	<b>16.222</b>	<b>47.144</b>	<b>25.771</b>

6. Aplicações financeiras  
6.1. Composição das aplicações

	Controladora						Taxa média de juros - %	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva/contábil	Valor de mercado		
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>								
Letras Financeiras do Tesouro (i).....	893.145	893.286	2.236.934	2.237.301	-	-	3.130.587	
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	743.219	674.491	10,4% a.a.	-	674.491	
Operações compromissadas.....	314.080	314.080	34.624	34.624	-	-	348.704	
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>								
Debêntures.....	13.525	13.525	31.686	31.758	109,3% CDI	-	45.283	
Certificado de Depósito Bancário.....	-	-	7.075	7.082	108,5% CDI	-	7.082	
Letras Financeiras.....	-	-	82.967	83.115	105,2% CDI	-	83.115	
Notas Comerciais.....	-	-	1.053	1.053	106,8% CDI	-	1.053	
Fundos Imobiliários.....	9.528	9.528	-	-	-	-	9.528	
Quotas Fundos Exclusivos.....	87.084	87.084	-	-	-	-	87.084	
Outros.....	83	83	63	63	-	-	146	
<b>Títulos de Renda Variável.....</b>	<b>27.630</b>	<b>26.062</b>	-	-	-	-	<b>26.062</b>	
<b>Total.....</b>	<b>1.345.075</b>	<b>1.343.648</b>	<b>3.137.621</b>	<b>3.069.487</b>	-	-	<b>4.413.135</b>	
<b>Aplicações no Exterior</b>								
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	50.313	50.313	78.241	67.153	5,5% a.a.	-	117.466	
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>								
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos.....	73.562	73.562	-	-	23,1%	-	73.562	
American Deposits Receipt (ii).....	-	-	23.164	5.028	-	-	5.028	
Papéis de renda fixa (HSBC).....	-	-	34.637	33.138	2,6% a.a.	-	33.138	
Depósito a prazo fixo no exterior (iii).....	720.851	720.851	-	-	2,0% a.a.	-	720.851	
<b>Total.....</b>	<b>2.189.801</b>	<b>2.188.374</b>	<b>3.273.663</b>	<b>3.174.806</b>	-	-	<b>5.363.180</b>	
%.....	-	40,8%	-	59,2%	-	-	100,0%	
Circulante.....	-	2.188.374	-	146.277	-	-	2.334.651	
Não circulante.....	-	-	-	3.028.529	-	-	3.028.529	

	Controladora						Taxa média de juros - %	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva/contábil	Valor de mercado		
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>								
Letras Financeiras do Tesouro (i).....	7.028	7.028	3.360.541	3.363.989	-	-	3.371.017	
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	420.569	401.155	-	-	401.155	
Letras do Tesouro Nacional.....	-	-	221.137	219.820	-	-	219.820	
Operações compromissadas.....	313.068	313.068	48.938	48.938	-	-	362.006	
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>								
Debêntures.....	13.107	13.107	20.503	20.563	-	-	33.670	
Depósito a prazo fixo.....	46.500	46.500	-	-	110,0% CDI	-	46.500	
Letras Financeiras.....	-	-	89.624	89.851	285,733	285,733	375.584	
Notas comerciais.....	-	-	1.018	1.019	106,8% CDI	-	1.019	
Quotas fundos exclusivos.....	77.029	77.029	-	-	-	-	77.029	
Outros.....	632	632	17	17	-	-	649	
<b>Títulos de renda variável.....</b>	<b>32.571</b>	<b>35.813</b>	-	-	-	-	<b>35.813</b>	
<b>Total.....</b>	<b>489.935</b>	<b>493.177</b>	<b>4.162.347</b>	<b>4.145.352</b>	<b>285.733</b>	<b>285.733</b>	<b>4.924.262</b>	
<b>Aplicações no Exterior</b>								
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	-	-	100.329	93.990	6,8% a.a.	-	93.990	
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>								
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo.....	96.211	96.211	-	-	23,6%	-	96.211	
American Deposits Receipt (ii).....	-	-	19.873	4.425	-	-	4.425	
Papéis de renda fixa (HSBC).....	-	-	30.175	29.347	2,5% a.a.	-	29.347	
Depósito a prazo fixo no exterior (iii).....	277.223	277.223	-	-	5,3% a.a.	-	277.223	
Outras aplicações no exterior.....	233.500	233.500	-	-	-	-	233.500	
<b>Total.....</b>	<b>606.934</b>	<b>606.934</b>	<b>150.377</b>	<b>127.762</b>	-	-	<b>734.696</b>	
%.....	-	19,4%	-	75,5%	-	-	100,0%	
Circulante.....	-	1.100.111	-	161.813	-	-	1.547.657	
Não circulante.....	-	-	-	4.111.301	-	-	4.111.301	

	Consolidado						Taxa média de juros - %	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva/contábil	Valor de mercado		
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>								
Letras Financeiras do Tesouro (i).....	893.145	893.286	2.238.934	2.237.301	-	-	3.130.587	
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	743.219	674.491	10,4% a.a.	-	674.491	
Operações compromissadas.....	314.293	314.293	34.624	34.624	-	-	348.917	
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>								
Debêntures.....	13.525	13.525	31.686	31.758	109,3% CDI	-	45.283	
Cerificado de Depósito Bancário.....	-	-	7.075	7.082	108,5% CDI	-	7.082	
Letras Financeiras.....	-	-	82.967	83.115	105,2% CDI	-	83.115	
Notas Comerciais.....	-	-	1.053	1.053	106,8% CDI	-	1.053	
Fundos Imobiliários.....	9.528	9.528	-	-	-	-	9.528	
Quotas de Fundos Exclusivos.....	87.084	87.084	-	-	-	-	87.084	
Quotas de Fundos de Investimentos não Exclusivos.....	57.138	57.138	-	-	-	-	57.138	
Letras Financeiras.....	-	-	-	-	-	-	-	
Fundos Imobiliários.....	-	-	49.235	48.480	-	-	48.480	
<b>Títulos de Renda Variável.....</b>	<b>27.630</b>	<b>26.575</b>	-	-	-	-	<b>26.575</b>	
<b>Total.....</b>	<b>1.402.343</b>	<b>1.401.429</b>	<b>3.188.793</b>	<b>3.117.904</b>	-	-	<b>4.519.333</b>	
<b>Aplicações no Exterior</b>								
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	50.313	50.313	78.241	67.153	5,5% a.a.	-	117.466	
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>								
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo.....	73.562	73.562	-	-	23,1%	-	73.562	
American Deposits Receipt (ii).....	-	-	23.164	5.028	-	-	5.028	
Papéis de renda fixa (HSBC).....	-	-	34.637	33.138	2,6% a.a.	-	33.138	
Depósito a prazo fixo no exterior (iii).....	720.851	720.851	-	-	2,0% a.a.	-	720.851	
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.....	-	-	6.938	6.925	-	-	6.925	
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies.....	-	-	2.032	2.031	-	-	2.031	
Non-U.S. Government.....	-	-	251	251	-	-	251	
Short-Term Investments.....	-	-	1.731	1.731	-	-	1.731	
Sec Issued by States & Terr.....	-	-	1.177	1.173	-	-	1.173	
Corporate Securities.....	-	-	5.283	5.267	-	-	5.267	
<b>Total.....</b>	<b>844.726</b>	<b>844.726</b>	<b>153.454</b>	<b>122.697</b>	-	-	<b>967.423</b>	
%.....	-	40,9%	-	59,1%	-	-	100,0%	
Circulante.....	-	2.246.155	-	153.177	-	-	2.399.332	
Não circulante.....	-	-	-	3.087.424	-	-	3.087.424	

	Consolidado						Taxa média de juros - %	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva/contábil	Valor de mercado		
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>								
Letras Financeiras do Tesouro (i).....	-	-	3.360.541	3.363.989	-	-	3.363.989	
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	420.569	401.155	-	-	401.155	
Letras do Tesouro Nacional.....	7.028	7.028	221.137	219.820	IPCA + 3,8% a.a.	-	226.848	
Operações compromissadas.....	313.133	313.133	48.956	48.956	-	-	362.089	
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>								
Debêntures.....	13.107	13.107	-	-	110,0% CDI	-	13.107	
Depósito a prazo fixo.....	46.500	46.500	-	-	-	-	46.500	
Letras Financeiras.....	-	-	89.624	89.851	285,733	285,733	375.584	
Notas Comerciais.....	-	-	1.018	1.019	106,8% CDI	-	1.019	
Fundos Imobiliários Não Exclusivo.....	-	-	50.044	48.004	-	-	48.004	
Quotas Fundos Exclusivos.....	77.029	77.029	-	-	-	-	77.029	
Quotas Fundos Não Exclusivos.....	94.520	94.520	-	-	-	-	94.520	
<b>Títulos de Renda Variável.....</b>	<b>32.571</b>	<b>35.813</b>	-	-	-	-	<b>35.813</b>	
<b>Total.....</b>	<b>583.888</b>	<b>587.130</b>	<b>4.191.889</b>	<b>4.172.794</b>	<b>285.733</b>	<b>285.733</b>	<b>5.045.657</b>	
<b>Aplicações no Exterior</b>								
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	-	-	100.329	93.990	6,8% a.a.	-	93.990	
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>								
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo.....	96.211	96.211	-	-	23,6%	-	96.211	
American Deposits Receipt (ii).....	-	-	19.873	4.425	-	-	4.425	
Papéis de renda fixa (HSBC).....	-	-	30.175	29.347	2,5% a.a.	-	29.347	
Depósito a prazo fixo no exterior (iii).....	277.223	277.223	-	-	5,3% a.a.	-	277.223	
Outras aplicações no exterior.....	233.500	233.500	-	-	-	-	233.500	
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.....	-	-	6.766	6.766	-	-	6.766	
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies.....	-	-	1.432	1.432	-	-	1.432	
Non-U.S. Government.....	-	-	1.019	1.019	-	-	1.019	
Sec Issued by States & Terr.....	-	-	219	219	-	-	219	
Corporate Securities.....	-	-	4.428	4.428	-	-	4.428	
Short-term Investments.....	-	-	1.282	1.282	-	-	1.282	
<b>Total.....</b>	<b>606.934</b>	<b>606.934</b>	<b>165.523</b>	<b>142.908</b>	-	-	<b>748.842</b>	
%.....	-	20,5%	-	74,6%	-	-	100,0%	
Circulante.....	-	1.194.064	-	116.560	-	-	1.596.357	
Não circulante.....	-	-	-	4.219.705	-	-	4.219.705	

(i) **Letras Financeiras do Tesouro**  
Referem-se a títulos públicos do Tesouro Nacional que fazem parte da carteira própria do IRB Brasil RE. Seus rendimentos são atualizados pela taxa Selic e os títulos estão custodiados no Banco do Brasil. Adicionalmente, estes títulos são ajustados aos seus valores de mercado, obtidos através de informações divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

(ii) **Títulos da dívida mobiliária soberana e de empresas estatais brasileiras (ADR's)**  
Representam títulos de renda fixa emitidos no exterior, em dólares dos Estados Unidos, pela União.

(iii) **Depósitos a prazo fixo no exterior**  
Representam aplicações em time deposits de responsabilidade do Citibank (98,0%) e Banco Patagônia (2,0%), cujos prazos de vencimento oscilam entre 12 a 120 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos e o peso argentino.

6.1.1. Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

	Controladora				
	30 de junho de 2018		31 de dezembro de 2017		
Valor justo por meio do resultado	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>					
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	96	6.906	886.284	893.286
Operações compromissadas.....	-	314.080	-	-	314.080
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>					
Debêntures.....	13.525	-	-	-	13.525
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos.....	87.084	-	-	-	87.084
Fundos Imobiliários.....	9.528	-	-	-	9.528
Outros.....	83	-	-	-	83
<b>Títulos de Renda Variável</b>					
Ações de empresas nacionais.....	26.576	-	-	-	26.576
Outros.....	(514)	-	-	-	(514)
<b>Aplicações no Exterior</b>					
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	-	44.744	5.569	-	50.313
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos.....	73.562	-	-	-	73.562
Depósito a prazo fixo no exterior.....	-	720.851	-	-	720.851
<b>Total.....</b>	<b>209.844</b>	<b>1.079.771</b>	<b>12.475</b>	<b>886.284</b>	<b>2.188.374</b>
<b>Disponível para venda</b>					
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>					
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	25.518	2.720	2.209.063	2.237.301
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	-	674.491	674.491
Operações compromissadas.....	-	34.624	-	-	34.624
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>					
Debêntures.....	13.107	-	-	-	13.107
Depósito a prazo fixo.....	46.500	-	-	-	46.500
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos.....	77.029	-	-	-	77.029
Outros.....	368	-	-	-	368
<b>Títulos de Renda Variável</b>					
Ações de empresas nacionais.....	35.813	-	-	-	35.813
Outros.....	264	-	-	-	264
<b>Aplicações no Exterior</b>					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos.....	96.211	-	-	-	96.211
Depósito a prazo fixo no exterior.....	-	277.223	-	-	277.223
Outras aplicações no exterior.....	233.500	-	-	-	233.500
<b>Total.....</b>	<b>502.792</b>	<b>597.059</b>	-	-	<b>260 1.100.111</b>
<b>Disponível para venda</b>					
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>					
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	16.227	19.2		

continuação

**7.2. Movimentação**  
**7.2.1. Operações com seguradoras**

	Controladora e Consolidado				
	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b> .....	<b>992.605</b>	<b>427.444</b>	<b>305.437</b>	<b>134.280</b>	<b>1.859.766</b>
Prêmios a receber.....	852.659	768.416	163.994	-	- 1.785.069
Recebimentos.....	(787.298)	(573.425)	(119.172)	-	- (1.479.895)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros.....	-	-	-	92.113	92.113
Varição cambial.....	23.663	8.284	2.481	1.633	36.061
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>1.081.629</b>	<b>630.719</b>	<b>352.740</b>	<b>228.026</b>	<b>2.293.114</b>
Circulante.....	-	-	-	-	- 2.263.360
Não circulante.....	-	-	-	-	- 29.754
<b>Total</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 2.293.114</b>

	Controladora e Consolidado				
	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>1.081.629</b>	<b>630.719</b>	<b>352.740</b>	<b>228.026</b>	<b>2.293.114</b>
Prêmios a receber.....	952.669	502.834	47.146	-	- 1.502.649
Recebimentos.....	(715.233)	(216.215)	(2.978)	-	- (934.426)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros.....	-	-	-	141.519	141.519
Varição cambial.....	52.967	45.577	34.602	6.448	139.594
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b> .....	<b>1.372.032</b>	<b>962.915</b>	<b>431.510</b>	<b>375.993</b>	<b>3.142.450</b>
Circulante.....	-	-	-	-	- 3.112.696
Não circulante.....	-	-	-	-	- 29.754
<b>Total</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 3.142.450</b>

**7.2.2. Operações com resseguradoras**

	Controladora e Consolidado			
	Prêmio	Sinistros	Outros	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b> .....	<b>294.121</b>	<b>167.532</b>	<b>4.041</b>	<b>465.694</b>
Prêmios a receber.....	708.978	-	-	- 708.978
Recebimentos.....	(230.651)	-	-	- (230.651)
Recuperação de sinistros.....	-	(29.481)	-	- (29.481)
Varição cambial.....	32.082	266	(42)	32.306
Outros créditos.....	-	-	2.740	- 2.740
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>804.530</b>	<b>138.317</b>	<b>6.739</b>	<b>949.586</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>804.530</b>	<b>138.317</b>	<b>6.739</b>	<b>949.586</b>
Prêmios a receber.....	335.907	-	-	- 335.907
Recebimentos.....	(244.217)	-	-	- (244.217)
Recuperação de sinistros.....	-	(106.356)	-	- (106.356)
Varição cambial.....	112.885	-	1.038	113.923
Outros créditos.....	-	-	(7.629)	- (7.629)
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b> .....	<b>1.009.105</b>	<b>31.961</b>	<b>148</b>	<b>1.041.214</b>

**7.3. Aging de créditos das operações com resseguros e retrocessões**

A análise de vencimento de créditos das operações com resseguro e retrocessão está apresentada abaixo:

	Controladora			
	Crédito das operações	Débito das operações	PDD	Total
A vencer.....	3.255.008	(1.019.194)	(28.550)	2.207.264
Vencidos até 30 dias.....	480.610	(61.571)	(3.857)	415.182
Vencidos entre 31 e 60 dias.....	133.745	(76.470)	(1.863)	55.412
Vencidos entre 61 e 120 dias.....	102.196	(18.333)	(1.066)	82.797
Vencidos entre 121 e 180 dias.....	106.784	(20.926)	(1.240)	84.618
Vencidos entre 181 e 365 dias.....	53.148	(18.159)	(3.384)	31.605
Vencidos acima de 365 dias.....	119.418	(66.958)	(47.509)	4.951
<b>Total</b> .....	<b>4.250.909</b>	<b>(1.281.611)</b>	<b>(87.469)</b>	<b>2.881.829</b>

	Consolidado			
	Crédito das operações	Débito das operações	PDD	Total
A vencer.....	3.255.008	(1.019.194)	(28.550)	2.207.264
Vencidos até 30 dias.....	480.610	(61.571)	(3.857)	415.182
Vencidos entre 31 e 60 dias.....	133.745	(76.470)	(1.863)	55.412
Vencidos entre 61 e 120 dias.....	102.196	(18.333)	(1.066)	82.797
Vencidos entre 121 e 180 dias.....	106.784	(20.926)	(1.240)	84.618
Vencidos entre 181 e 365 dias.....	53.148	(18.159)	(3.384)	31.605
Vencidos acima de 365 dias.....	119.435	(67.274)	(47.509)	4.652
<b>Total</b> .....	<b>4.250.926</b>	<b>(1.281.927)</b>	<b>(87.469)</b>	<b>2.881.530</b>

Para os saldos das contas a pagar e a receber, vencidos e a vencer, no valor de R\$ 2.969.298 na controladora e R\$2.968.999 no consolidado, foi constituída provisão para devedores duvidosos no valor de R\$ 87.469, considerando o histórico de inadimplência dos clientes, dentro da utilização da metodologia própria da Companhia, baseada na segregação de parceiros de negócios por origem de atuação país e exterior e partes relacionadas, classificação de rating por histórico de adimplência, clientes com saldos passivos não liquidados e tratamento especial para clientes em negociação.

**8. Ativos de retrocessão - provisões técnicas**

**8.1. Sinistros - retrocessão (composição)**

Sinistros pendentes de pagamento e sinistros ocorridos mas não avisados, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos.....	355.914	10.464	120.123	486.501
Automóvel.....	3.649	35	1.106	4.790
Habitacional.....	46	-	9	55
Marítimos.....	31.778	1.417	5,79	39.074
Nucleares.....	33	-	-	33
Patrimonial.....	851.715	70.841	194.863	1.117.419
Pessoas.....	17.073	1.421	11.642	30.136
Petróleo.....	57.352	287	4.701	62.340
Responsabilidades.....	196.518	25.000	17.385	238.903
Riscos financeiros.....	80.892	4.941	40.557	126.390
Rural.....	22.827	4.018	10.789	37.634
Transportes.....	197.568	364	10.925	208.857
Aceitação do exterior.....	40.730	-	7.937	48.667
Sucursais no exterior.....	8.393	-	1.136	9.529
<b>Total</b> .....	<b>1.864.488</b>	<b>118.788</b>	<b>427.052</b>	<b>2.410.328</b>

	Controladora			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos.....	326.728	8.228	179.557	514.513
Automóvel.....	2.357	37	646	3.040
Habitacional.....	145	-	45	190
Marítimos.....	23.252	1.796	5.080	30.128
Patrimonial.....	796.084	63.877	218.535	1.078.496
Pessoas.....	21.869	1.387	13.044	36.300
Petróleo.....	53.261	237	10.539	64.037
Responsabilidades.....	210.750	30.398	21.599	262.747
Riscos financeiros.....	77.138	4.790	59.556	141.484
Rural.....	40.281	4.193	9.602	54.076
Transportes.....	168.611	1.084	4.739	174.434
Aceitação do exterior.....	38.196	-	15.687	53.883
Sucursais no exterior.....	9.443	-	902	10.345
<b>Total</b> .....	<b>1.768.115</b>	<b>116.027</b>	<b>539.531</b>	<b>2.423.673</b>

	Consolidado			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos.....	355.914	10.464	120.123	486.501
Automóvel.....	3.649	35	1.106	4.790
Habitacional.....	46	-	9	55
Marítimos.....	31.778	1.417	5,79	39.074
Nucleares.....	33	-	-	33
Patrimonial.....	851.715	70.841	194.863	1.117.419
Pessoas.....	17.073	1.421	11.642	30.136
Petróleo.....	57.352	287	4.701	62.340
Responsabilidades.....	196.518	25.000	17.385	238.903
Riscos financeiros.....	80.892	4.941	40.557	126.390
Rural.....	22.827	4.018	10.789	37.634
Transportes.....	197.568	364	10.925	208.857
Aceitação do exterior.....	41.506	-	7.944	49.450
Sucursais no exterior.....	8.393	-	359	8.752
<b>Total</b> .....	<b>1.865.264</b>	<b>118.788</b>	<b>426.282</b>	<b>2.410.334</b>

	Consolidado			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos.....	326.728	8.228	179.557	514.513
Automóvel.....	2.357	37	646	3.040
Habitacional.....	145	-	45	190
Marítimos.....	23.252	1.796	5.080	30.128
Patrimonial.....	796.084	63.877	218.535	1.078.496
Pessoas.....	21.869	1.387	13.044	36.300
Petróleo.....	53.261	237	10.539	64.037
Responsabilidades.....	210.750	30.398	21.599	262.747
Riscos financeiros.....	77.138	4.790	59.556	141.484
Rural.....	40.281	4.193	9.602	54.076
Transportes.....	168.611	1.084	4.739	174.434
Aceitação do exterior.....	38.196	-	15.687	53.883
Sucursais no exterior.....	38.701	-	527	39.228
<b>Total</b> .....	<b>1.797.373</b>	<b>116.027</b>	<b>539.156</b>	<b>2.452.556</b>

**8.1.1. Movimentação**

	Controladora			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b> .....	<b>2.292.696</b>	<b>724.582</b>	<b>3.017.278</b>	
Liquidação de sinistros.....	(3.895.258)	(273.372)	(4.168.630)	
Constituição de provisão de sinistros.....	3.486.704	88.321	3.575.025	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>1.884.142</b>	<b>539.531</b>	<b>2.423.673</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>1.884.142</b>	<b>539.531</b>	<b>2.423.673</b>	
Liquidação de sinistros.....	(379.926)	(160.999)	(540.925)	
Constituição de provisão de sinistros.....	479.060	48.520	527.580	
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b> .....	<b>1.983.276</b>	<b>427.052</b>	<b>2.410.328</b>	

	Consolidado			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b> .....	<b>2.322.398</b>	<b>724.582</b>	<b>3.046.980</b>	
Liquidação de sinistros.....	(3.866.000)	(273.372)	(4.139.372)	
Constituição de provisão de sinistros.....	3.457.002	87.946	3.544.948	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>1.913.400</b>	<b>539.156</b>	<b>2.452.556</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>1.913.400</b>	<b>539.156</b>	<b>2.452.556</b>	
Liquidação de sinistros.....	(409.185)	(160.999)	(570.184)	
Constituição de provisão de sinistros.....	479.837	48.125	527.962	
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b> .....	<b>1.984.052</b>	<b>426.282</b>	<b>2.410.334</b>	

**8.2. Prêmios de retrocessão diferidos**

	Controladora e Consolidado							
	30 de junho de 2018				31 de dezembro de 2017			
	Provisão de prêmios não ganhos Efetivo	Estimado	RVNE	Comissão de resseguro diferida Efetivo	Estimado	RVNE	Total	
Aeronáuticos.....	27.308	5.346	424	(126)	(20)	(16)	32.916	
Automóvel.....	2.536	1.311	-	(58)	(17)	-	3.772	
Marítimos.....	30.078	4.425	1.116	(1.068)	(220)	(38)	34.293	
Nucleares.....	5.182	-	1.323	(389)	-	(99)	6.017	
Patrimonial.....	410.477	57.753	31.736	(15.407)	(5.604)	(1.819)	477.136	
Pessoas.....	9.056	2.931	1.258	(253)	(141)	(77)	12.774	
Petróleo.....	178.138	16.077	15.683	(8.949)	(4.027)	(839)	200.163	
Responsabilidades.....	42.086	24.308	1.648	(1.889)	(4.037)	(107)	62.009	
Riscos financeiros.....	4.591	-	2.434	(242)	-	(172)	6.611	
Rural.....	7.077	5.287	733	(958)	(1.855)	(127)	10.157	
Transportes.....	17.759	19.159	12.010	(1.921)	(1.853)	(3.468)	41.686	
Aceitação do exterior.....	26.673	1.545	2.369	(768)	(504)	(179)	29.136	
Sucursais no exterior.....	6.236	5.869	-	(247)	(1.004)	-	10.854	
<b>Total</b> .....	<b>767.197</b>	<b>144.011</b>	<b>70.734</b>	<b>(31.820)</b>	<b>(15.657)</b>	<b>(6.941)</b>	<b>927.524</b>	
Circulante.....	-	-	-	-	-	-	854.043	

continuação

	Custo com desenvolvimento de software		Software em andamento	Consolidado
				Total
<b>Custo intangível bruto</b> .....				
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	127.977	2.073		130.050
Adições.....	13.039	2.900		15.939
Transferências.....	(1.428)	1.428		-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>139.588</b>	<b>6.401</b>		<b>145.989</b>
<b>Amortização acumulada</b> .....				
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	(67.774)	-		(67.774)
Amortização.....	(23.917)	-		(23.917)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>(91.691)</b>	<b>-</b>		<b>(91.691)</b>
<b>Saldo contábil, líquido</b> .....	<b>47.897</b>	<b>6.401</b>		<b>54.298</b>
<b>Custo intangível bruto</b> .....				
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	139.588	6.401		145.989
Adições.....	16.239	1.870		18.109
Transferências.....	5.085	(5.085)		-
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b> .....	<b>160.912</b>	<b>3.186</b>		<b>164.098</b>
<b>Amortização acumulada</b> .....				
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	(91.691)	-		(91.691)
Amortização.....	(18.692)	-		(18.692)
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b> .....	<b>(110.383)</b>	<b>-</b>		<b>(110.383)</b>
<b>Saldo contábil, líquido</b> .....	<b>50.529</b>	<b>3.186</b>		<b>53.715</b>

**15. Obrigações a pagar e provisões para benefícios pós-emprego**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Fornecedores.....	4.474	6.396	23.758	14.479
Dividendos.....	1.788	2.854	1.788	2.854
Juros sobre capital próprio.....	120.969	61.753	120.969	61.753
Participações nos lucros.....	-	23.137	-	23.137
Remuneração do pessoal-chave da administração.....	-	4.264	-	4.264
Outros.....	2.442	1.465	4.262	2.943
<b>Total</b> .....	<b>129.673</b>	<b>99.869</b>	<b>150.777</b>	<b>109.430</b>
<b>Circulante</b> .....	<b>129.673</b>	<b>97.478</b>	<b>150.075</b>	<b>106.531</b>
<b>Não circulante</b> .....	<b>-</b>	<b>2.391</b>	<b>702</b>	<b>2.899</b>

**15.2. Provisão para benefícios pós-emprego**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Benefício - pós emprego - Aposentadoria (i).....	150.457	154.270		
Benefício - pós emprego - Plano médico (iii).....	290.029	300.371		
Benefício - pós emprego - Seguro de vida (iii).....	1.890	1.556		
Benefício - pós emprego - Auxílio funeral (iv).....	1.545	1.647		
<b>Total</b> .....	<b>443.921</b>	<b>457.844</b>		
<b>Circulante</b> .....	<b>40.490</b>	<b>38.655</b>		
<b>Não circulante</b> .....	<b>403.431</b>	<b>419.189</b>		
<b>Total</b> .....	<b>443.921</b>	<b>457.844</b>		

**(i) Benefício pós-emprego - aposentadoria**

A Companhia custeia os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

**(ii) Benefício pós-emprego - assistência médica e odontológica**  
Planos de autogestão com cobertura médica (ambulatório), cirúrgica (internação), obstetrícia e odontológica, além de reembolsos e benefício farmácia para empregados ativos, aposentados e pensionistas, bem como os dependentes destas categorias para os empregados admitidos até 31 de maio de 2004. Os dependentes podem ser cônjuges, filhos (até 24 anos) e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir de 1º de junho de 2004, só podem ser considerados dependentes cônjuges e os filhos (até 24 anos). Para aqueles que ingressaram a partir de 14 de outubro de 1996, o IRB Brasil RE arca com 50,0% do custeio do plano, isto é, dos valores das tabelas I e II (Itens 5.1.4 e 5.1.5 da seção 1 das Normas do PCAM (Plano de Contribuição de Assistência Médica) e os empregados e beneficiários, com a outra parcela equivalente aos outros 50,0%. Para aqueles que ingressaram até 13 de outubro de 1996, a contribuição do empregado e seus dependentes varia de 0,3% a 2,0% do valor das rubricas que formam a base salarial de referência. As contribuições são descontadas mensalmente de seu salário, variando assim conforme a data de admissão, valor da base salarial (%) e faixa etária (tabelas).

**(iii) Benefício pós-emprego - seguro de vida**

Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB Brasil RE arca com 100,0% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50,0% do prêmio. A participação do funcionário é opcional. Os aposentados por tempo de contribuição que desejam permanecer na apólice ao se aposentarem, arcam integralmente com o prêmio. O IRB arca integralmente com o custo do prêmio dos aposentados por invalidez.

**(iv) Benefício pós-emprego - auxílio funeral**

Este benefício é disponibilizado apenas para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R\$ 1.344,87 para funeral simples, R\$ 1.554,63 para cremação e R\$ 2.640,80 para funeral com cremação.

**16. Provisões para impostos e contribuições**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
IRPJ a pagar.....	32.491	25.713	38.248	28.690
CSLL a pagar.....	38.127	21.927	40.209	23.064
PIS/COFINS a pagar.....	15.300	2.963	15.461	3.762
<b>Total</b> .....	<b>85.918</b>	<b>50.603</b>	<b>93.918</b>	<b>55.516</b>

**17. Débito de operações de resseguro e retrocessão**

As contas de débitos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a pagar resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras e resseguradoras do país e do exterior, acrescidos dos prêmios a pagar, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a pagar e dos débitos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

**17.1. Composição**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
<b>Circulante</b> .....				
Operações com seguradoras (17.2.1).....	8.120	606	8.120	606
Operações com resseguradoras (17.2.1).....	1.135.686	1.137.443	1.135.686	1.137.443
Corretores de resseguros, retrocessões e outros (17.2.2).....	115.221	82.579	115.537	83.029
Outros débitos operacionais (17.2.2).....	21.795	31.087	21.795	31.087
<b>Total</b> .....	<b>1.280.822</b>	<b>1.251.895</b>	<b>1.281.138</b>	<b>1.252.165</b>
<b>Não circulante</b> .....				
Outros débitos operacionais.....	789	789	789	789
<b>Total</b> .....	<b>1.281.611</b>	<b>1.252.684</b>	<b>1.281.927</b>	<b>1.252.954</b>

**17.2. Movimentação**

**17.2.1. Operação com seguradoras e resseguradoras**

	Controladora			Consolidado		
	Prêmios	Sinistros	Outros	Prêmios	Sinistros	Outros
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	743.944	39.335	17.905	801.184		
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar.....	905.540	-	-	905.540		
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos.....	(594.740)	-	-	(594.740)		
Sinistro de resseguro a pagar.....	-	6.856	-	6.856		
Sinistro de resseguro pagos.....	-	(46)	-	(46)		
Outros a pagar.....	-	-	22.066	22.066		
Outros pagos.....	-	-	(14.258)	(14.258)		
Variação cambial.....	11.914	(626)	159	11.447		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>1.066.658</b>	<b>45.519</b>	<b>25.872</b>	<b>1.138.049</b>		
<b>Prêmios</b> .....	<b>1.066.658</b>	<b>45.519</b>	<b>25.872</b>	<b>1.138.049</b>		
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar.....	640.369	-	-	640.369		
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos.....	(664.620)	-	-	(664.620)		
Sinistro de resseguro a pagar.....	-	6.750	-	6.750		
Sinistro de resseguro pagos.....	-	(42.811)	-	(42.811)		
Outros a pagar.....	-	-	14.577	14.577		
Outros pagos.....	-	-	(10.522)	(10.522)		
Variação cambial.....	57.906	3.430	678	62.014		
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b> .....	<b>1.100.313</b>	<b>12.888</b>	<b>30.605</b>	<b>1.143.806</b>		

**17.2.2. Operações com corretores e demais débitos**

	Controladora			Consolidado		
	Comissões	Outros débitos	Total	Comissões	Outros débitos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	49.117	30.555	79.672			
Comissão de corretagem a pagar.....	48.891	-	48.891			
Comissão de corretagem pagos.....	(17.698)	-	(17.698)			
Outros débitos a pagar.....	-	808	808			
Variação cambial.....	2.449	513	2.962			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>82.759</b>	<b>31.876</b>	<b>114.635</b>			
<b>Comissões</b> .....	<b>82.759</b>	<b>31.876</b>	<b>114.635</b>			
Comissão de corretagem a pagar.....	69.148	-	69.148			
Comissão de corretagem pagos.....	(45.380)	-	(45.380)			
Outros débitos pagos.....	-	(5.942)	(5.942)			
Variação cambial.....	8.694	(3.550)	5.144			
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b> .....	<b>115.221</b>	<b>22.584</b>	<b>137.805</b>			
<b>Comissões</b> .....	<b>115.221</b>	<b>22.584</b>	<b>137.805</b>			
Comissão de corretagem a pagar.....	49.117	30.555	79.672			
Comissão de corretagem pagos.....	(17.698)	-	(17.698)			
Outros débitos a pagar.....	-	808	808			
Variação cambial.....	2.719	513	3.232			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>83.029</b>	<b>31.876</b>	<b>114.905</b>			
<b>Comissões</b> .....	<b>83.029</b>	<b>31.876</b>	<b>114.905</b>			
Comissão de corretagem a pagar.....	69.148	-	69.148			
Comissão de corretagem pagos.....	(45.380)	-	(45.380)			
Outros débitos pagos.....	-	(5.942)	(5.942)			
Variação cambial.....	8.740	(3.350)	5.390			
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b> .....	<b>115.537</b>	<b>22.584</b>	<b>138.121</b>			

**18. Depósitos de terceiros**

Abaixo a composição do saldo da conta por idade de depósito.

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Até 30 dias.....	85.930	47.424		
Entre 31 e 60 dias.....	31.685	94.002		
Entre 61 e 120 dias.....	36.992	14.520		
Entre 121 e 180 dias.....	3.999	2.574		
Entre 181 e 365 dias.....	12.102	8.246		
<b>Total</b> .....	<b>170.708</b>	<b>166.766</b>		

**19. Provisões técnicas**

**19.1. Provisão de prêmios não ganhos e custos de aquisição**

	Controladora e Consolidado					
	30 de junho de 2018			30 de junho de 2017		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Aeronáuticos.....	32.619	12.259	4.729	(1.356)	(2.205)	(5)
Automóvel.....	4.618	2.905	765	(413)	(436)	(1)
Habitacional.....	5.241	3.727	1.221	(107)	(425)	-
Marítimos.....	53.459	8.349	12.168	(872)	(890)	(309)
Nucleares.....	5.598	-	1.388	-	-	6.986
Patrimonial.....	621.204	137.364	75.830	(18.513)	(24.669)	(1.315)
Pessoas.....	17.906	9.809	-	-	-	789.901
Petróleo.....	212.624	16.923	22.293	(2.804)	(11)	(271)
Responsabilidades.....	59.881	29.330	3.890	(11.70)	(5.334)	(56)
Riscos financeiros.....	153.799	59.653	5.346	(59.540)	(25.677)	(314)
Rural.....	81.042	168.090	10.312	(18.526)	(42.081)	(257)
Transportes.....	54.264	29.648	38.445	(5.550)	(4.223)	(3.471)
Acertações do exterior.....	288.339	359.882	75.237	(24.284)	(74.583)	(1.273)
Sucursais no exterior.....	20.473	25.483	-	(5.632)	(6.627)	-
<b>Total</b> .....	<b>1.611.067</b>	<b>862.173</b>	<b>261.433</b>	<b>(137.267)</b>	<b>(188.747)</b>	<b>(7.317)</b>
<b>Circulante</b> .....	<b>1.611.067</b>	<b>862.173</b>	<b>261.433</b>	<b>(137.267)</b>	<b>(188.747)</b>	<b>(7.317)</b>
<b>Não circulante</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2017		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Aeronáuticos.....	31.581	7.723	5.123	(1.201)	(1.219)	(292)
Automóvel.....	5.656	2.297	1.464	(736)	(390)	(290)
Habitacional.....	4.353	1.749	1.444	(164)	(259)	(259)
Marítimos.....	30.394	9.572	6.397	(1.803)	(475)	(379)
Nucleares.....	11.893	-	1.384	-	-	-
Patrimonial.....	481.327	119.383	82.937	(19.150)	(16.263)	(3.386)
Pessoas.....	16.229	15.928	13.265	-	(4.651)	(2.616)
Petróleo.....	151.363	16.580	13.656	(2.130)	-	(258)
Responsabilidades.....	48.581	22.482	4.917	(2.217)	(3.925)	(285)</

continuação  
Por este motivo, o IRB Brasil RE apresentou, em 9 de junho de 2017, petição requerendo o sobrestamento do feito até o julgamento do RE nº 599.309/SP.

Não obstante as informações acima mencionadas, os advogados do escritório externo responsável pela referida ação, bem como os advogados do Jurídico do IRB Brasil RE, entendem que a probabilidade de perda do referido processo permanece como possível. Neste sentido, a Companhia entende que, não há obrigatoriedade de manutenção de provisão constituída, inclusive, que tais depósitos não foram efetuados por ordem judicial, mas somente para a emissão de certidão previdenciária do IRB Brasil RE à época.

Já com relação à execução fiscal de ISS, e diante das importantes conclusões constantes no laudo pericial acerca da matéria, emitido em novembro de 2012, que se apresentaram favoráveis aos interesses da Companhia, os advogados que patrocinam a causa classificam como possível a probabilidade de perda da demanda.

Diante de todo o exposto, os consultores jurídicos da Companhia classificam como possível a probabilidade de perda de ambas as demandas judiciais.  
**22.3.2. Ações trabalhistas/Cíveis**  
A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhista ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais, bem como pedidos de equiparação salarial e de reintegração. A Administração da Companhia, após análise individualizada dos referidos processos, constituiu provisão com relação aqueles classificados como de perda provável, sendo considerados para efeitos de provisão trabalhista aqueles que estejam em fase de liquidação e execução de sentença.

Os consultores jurídicos externos da Companhia estimam o valor atualizado dos referidos processos em R\$ 59.727 e classificam as chances de perda como provável. As causas trabalhistas classificadas como perdas possíveis totalizam R\$43.206.

Tramita na 75ª Vara do Trabalho-RJ ação civil pública proposta pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros - SINTRES e pela Federação Nacional dos Segurários - FENESPIC, contra a Companhia, com o objetivo de determinar o restabelecimento de todos os benefícios e modalidade de custeio estabelecidos pelo plano de saúde mantido no passado pela Companhia, na modalidade de autogestão, sob o argumento de que foram promovidas supostas alterações unilaterais e prejudiciais aos empregados e aposentados da Companhia. Além do restabelecimento das condições originais, postulam o pagamento de indenização por danos morais aos substituídos e às entidades sindicais. Após a suspensão do referido processo em 2014, tendo em vista não ter sido obtido sucesso nas tratativas de acordo, em novembro de 2016 o processo foi reincluído em pauta com audiência agendada para novembro de 2017. Nesta última, houve a exclusão da Federação Nacional dos Segurários do polo ativo da ação, bem como foi determinado expedição de ofício à ANS solicitando informações acerca do cancelamento em definitivo ou não do PCAM. Atualmente, o referido processo encontra-se com o Ministério Público do Trabalho para manifestação e posteriormente será aberto prazo para que o Juiz responsável profira sentença.

Os consultores jurídicos da Companhia estimam um valor de R\$ 15.773 em risco e classificam sua probabilidade de perda como possível.  
**22.3.3. Contribuição Social sobre o Lucro**

Com a publicação da Medida Provisória nº 413/08, convertida na Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008, houve aumento da alíquota da CSLL de 9,0% para 15,0%, para as pessoas jurídicas de seguros privados, instituições financeiras e sociedades equiparadas, a partir da competência de maio de 2008.

Em junho de 2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, questionando a constitucionalidade dessa majoração de alíquota, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Em 30 de junho de 2018, o valor depositado judicialmente atualizado para pagamento da CSLL totaliza R\$ 442.931 (Nota 22).

**Mandado de Segurança impetrado em 30 de outubro de 2015 (Majoração da Alíquota da CSLL de 15,0% para 20,0%)**

Em 30 de outubro de 2015, a Companhia impetrou novo Mandado de Segurança objetivando questionar a Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 de 7 de outubro de 2015, que, alterando o disposto no artigo 3º, inciso I, da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, majorou, a partir do mês de setembro de 2015, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e das instituições financeiras e equiparadas, de 15,0% para 20,0%. Em novembro de 2015, foi proferida decisão nos autos do Mandado de Segurança rejeitando o pedido de liminar postulado, sob as alegações de que a discussão acerca da majoração da alíquota de CSLL para as instituições financeiras e equiparadas não seria nova, haja vista a edição anterior da Medida Provisória nº 413/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.727/2008, cuja discussão está pendente de julgamento pelo STF (ADI nº 4101). Nesse contexto, foram interpostos embargos de declaração contra a alínea decisão, alegando omissão quanto aos argumentos aduzidos na petição inicial acerca da inequívoca diferença entre a capacidade econômica das instituições financeiras e das companhias seguradoras.

Todavia, os referidos embargos foram rejeitados. Paralelamente, em 15 de junho de 2016, foi publicada decisão julgando prejudicado o Agravo de Instrumento interposto pelo IRB Brasil RE, haja vista o advento da sentença. Em 1º de julho de 2016, a Companhia interpôs recurso de apelação. Em 14 de fevereiro de 2017, foi proferido acórdão negando provimento à apelação da Companhia, motivo pelo qual o IRB Brasil RE opôs novos embargos de declaração, os quais aguardam julgamento. Em outubro deste mesmo ano, também foram rejeitadas as alegações da Companhia em sede de embargos de declaração, motivo pelo qual foi interposto recurso extraordinário contra o acórdão supramencionado na sequência. Importante ressaltar que a Companhia optou por não mais efetuar depósitos judiciais da parcela controversa a partir de setembro de 2015 da referida contribuição, mas sim passar a recolher, mensalmente aos cofres públicos, o valor integral da contribuição devida (20,0%), ou seja, tanto a parcela incontroversa (9,0%) quanto a parcela controversa (11,0%).

**23. Provisões trabalhistas**

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Provisão para férias.....	8.373	8.109
Provisão de 13º salário.....	2.673	79
Provisão para licença prêmio e previdência privada.....	3	3
	<b>11.049</b>	<b>8.191</b>

**24. Patrimônio líquido**

**24.1. Capital**

Em 29 de dezembro de 2014, a 47ª Assembleia Geral Extraordinária do IRB Brasil RE aprovou o desdobramento das ações, na proporção de 300 (trezentas) ações ordinárias para cada ação ordinária de emissão da Companhia, sem modificação do valor do capital social, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração em sua reunião de 24 de outubro de 2014, perfazendo o capital social, representado por 312.000.000 (trezentos e doze milhões) de ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial da classe especial de titularidade da União.

Em 30 de junho de 2018, a participação acionária do IRB Brasil RE está composta da seguinte forma:

Acionista	ON	% participação do capital em circulação
Ministério da Fazenda.....	36.458.237	11,7%
BB Seguros.....	47.520.213	15,3%
Bradesco Seguros.....	47.520.213	15,3%
Grupo Itaú (Itaú Seguros e Itaú Vida).....	34.761.581	11,2%
FIP - Caixa Barcelona.....	22.951.248	7,4%
Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo.....	27.656.408	8,9%
Outros.....	93.831.000	30,2%
	<b>310.698.900</b>	<b>100,0%</b>

**24.2. Ações em tesouraria**

A Companhia possui 1.301.100 ações em tesouraria, que representam um total de R\$ 12.956.

**24.3. Reservas de lucros**

A reserva legal é constituída à razão de 5,0% do lucro líquido do período, tendo como limite 20,0% do capital social, nos termos da Lei no 6.404 de 15 de dezembro de 1976. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

De acordo com a lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

**24.4. Ajuste de avaliação patrimonial**

A movimentação é apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
<b>Saldo no início do semestre.....</b>	<b>(76.161)</b>	<b>(65.289)</b>
Ganho (perda) originado do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no semestre.....	(59.248)	38.252
Ganhos (perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários - Controladas.....	(12.096)	1.525
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego.....	13.377	(8.973)
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego - Controladas.....	(105)	(63)
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo.....	26.662	(17.213)
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego.....	(5.378)	13.535
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior.....	3.112	275
<b>Saldo no final do semestre.....</b>	<b>(109.837)</b>	<b>(37.951)</b>

As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia, das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação da Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

**24.5. Lucro por ação - básico e diluído**

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do período aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada das ações em circulação no período. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Trimestre		Semestre	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	1º de abril a 30 de junho de 2018	1º de abril a 30 de junho de 2017	1º de janeiro a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2017
Numerador.....	287.330	231.705	541.338	454.380
Lucro líquido do período.....	310.698.900	310.698.900	310.698.900	310.698.900
Denominador (quantidade de ações em unidades).....	310.698.900	310.698.900	310.698.900	310.698.900
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação.....	-	-	-	-
<b>Lucro por ação.....</b>	<b>0,92</b>	<b>0,75</b>	<b>1,74</b>	<b>1,46</b>

A Resseguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

**25. Detalhamento das contas de resultado**

Em 30 de junho de 2018 e 2017, os prêmios ganhos, a sinistralidade e o comissionamento para os principais ramos estão demonstrados a seguir:

**25.1. Prêmios ganhos - principais grupos de atuação**

	Trimestre		Semestre	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	1º de abril a 30 de junho de 2018	1º de abril a 30 de junho de 2017	1º de janeiro a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2017
Prêmios emitidos brutos.....	18.362	(1.937)	5.355	91
Comissão de resseguros.....	(5.507)	(188)	(276)	(345)
Variação das provisões técnicas - Prêmio.....	7.240	(171)	179	20
Variação das provisões técnicas - Comissão.....	(41.343)	40	(20.639)	(465)
Outras provisões técnicas.....	(981)	20	4.214	(242)
Prêmios ganhos.....	471.281	(10.093)	(174.701)	781
Prêmios ganhos líquidos.....	69.711	(6.753)	15.654	(5.327)
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	125.779	(768)	(3.907)	787
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	49.228	(2.228)	(17.101)	48
Riscos financeiros.....	79.886	(271.412)	(13.173)	2.762
Rural.....	279.105	(66.801)	(57.215)	12.372
Transportes.....	64.920	(6.820)	(21.462)	2.354
Acertações do exterior.....	693.101	(66.434)	(33.961)	1.796
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	28.354	(6.681)	2.500	-
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	1.932.836	(196.226)	(314.533)	16.084
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	1.409.901	56,6%	17,0%	

	Trimestre		Semestre	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	1º de janeiro a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2017	1º de janeiro a 30 de junho de 2018	1º de janeiro a 30 de junho de 2017
Prêmios emitidos brutos.....	43.470	(3.692)	1.690	446
Comissão de resseguros.....	8.469	(674)	1.129	(565)
Variação das provisões técnicas - Prêmio.....	25.447	(828)	(2.643)	(149)
Variação das provisões técnicas - Comissão.....	66.544	(2)	(22.062)	(789)
Outras provisões técnicas.....	824	21	7.660	-
Prêmios ganhos.....	729.567	(32.480)	(129.395)	5.043
Prêmios ganhos líquidos.....	290.028	(1.283)	(37.441)	319
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	76.958	(5.779)	(13.812)	587
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	135.765	(50.691)	(13.684)	3.914
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	420.975	(111.482)	11.612	(4.008)
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	122.697	(16.461)	(22.853)	3.910
Riscos financeiros.....	1.202.588	(148.099)	(80.133)	10.513
Rural.....	290.028	(1.283)	(37.441)	319
Transportes.....	139.905	(16.217)	9.212	(5.754)
Acertações do exterior.....	139.028	(1.283)	(37.441)	319
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	76.958	(5.779)	(13.812)	587
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	135.765	(50.691)	(13.684)	3.914
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	420.975	(111.482)	11.612	(4.008)
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	122.697	(16.461)	(22.853)	3.910
Riscos financeiros.....	1.202.588	(148.099)	(80.133)	10.513
Rural.....	290.028	(1.283)	(37.441)	319
Transportes.....	139.905	(16.217)	9.212	(5.754)
Acertações do exterior.....	139.028	(1.283)	(37.441)	319
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	76.958	(5.779)	(13.812)	587
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	135.765	(50.691)	(13.684)	3.914
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	420.975	(111.482)	11.612	(4.008)
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	122.697	(16.461)	(22.853)	3.910
Riscos financeiros.....	1.202.588	(148.099)	(80.133)	10.513
Rural.....	290.028	(1.283)	(37.441)	319
Transportes.....	139.905	(16.217)	9.212	(5.754)
Acertações do exterior.....	139.028	(1.283)	(37.441)	319
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	76.958	(5.779)	(13.812)	587
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	135.765	(50.691)	(13.684)	3.914
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	420.975	(111.482)	11.612	(4.008)
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	122.697	(16.461)	(22.853)	3.910
Riscos financeiros.....	1.202.588	(148.099)	(80.133)	10.513
Rural.....	290.028	(1.283)	(37.441)	319
Transportes.....	139.905	(16.217)	9.212	(5.754)
Acertações do exterior.....	139.028	(1.283)	(37.441)	319
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	76.958	(5.779)	(13.812)	587
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	135.765	(50.691)	(13.684)	3.914
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	420.975	(111.482)	11.612	(4.008)
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	122.697	(16.461)	(22.853)	3.910
Riscos financeiros.....	1.202.588	(148.099)	(80.133)	10.513
Rural.....	290.028	(1.283)	(37.441)	319
Transportes.....	139.905	(16.217)	9.212	(5.754)
Acertações do exterior.....	139.028	(1.283)	(37.441)	319
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	76.958	(5.779)	(13.812)	587
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	135.765	(50.691)	(13.684)	3.914
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	420.975	(111.482)	11.612	(4.008)
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	122.697	(16.461)	(22.853)	3.910
Riscos financeiros.....	1.202.588	(148.099)	(80.133)	10.513
Rural.....	290.028	(1.283)	(37.441)	319
Transportes.....	139.905	(16.217)	9.212	(5.754)
Acertações do exterior.....	139.028	(1.283)	(37.441)	319
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	76.958	(5.779)	(13.812)	587
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	135.765	(50.691)	(13.684)	3.914
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	420.975	(111.482)	11.612	(4.008)
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	122.697	(16.461)	(22.853)	3.910
Riscos financeiros.....	1.202.588	(148.099)	(80.133)	10.513
Rural.....	290.028	(1.283)	(37.441)	319
Transportes.....	139.905	(16.217)	9.212	(5.754)
Acertações do exterior.....	139.028	(1.283)	(37.441)	319
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	76.958	(5.779)	(13.812)	587
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	135.765	(50.691)	(13.684)	3.914
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	420.975	(111.482)	11.612	(4.008)
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	122.697	(16.461)	(22.853)	3.910
Riscos financeiros.....	1.202.588	(148.099)	(80.133)	10.513
Rural.....	290.028	(1.283)	(37.441)	319
Transportes.....	139.905	(16.217)	9.212	(5.754)
Acertações do exterior.....	139.028	(1.283)	(37.441)	319
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	76.958	(5.779)	(13.812)	587
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	135.765	(50.691)	(13.684)	3.914
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	420.975	(111.482)	11.612	(4.008)
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	122.697	(16.461)	(22.853)	3.910
Riscos financeiros.....	1.202.588	(148.099)	(80.133)	10.513
Rural.....	290.028	(1.283)	(37.441)	319
Transportes.....	139.905	(16.217)	9.212	(5.754)
Acertações do exterior.....	139.028	(1.283)	(37.441)	319
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	76.958	(5.779)	(13.812)	587
Prêmios ganhos líquidos por ramo.....	135.765	(5		

continuação

	Semestre				
	Controladora e Consolidado				
	1º de janeiro a 30 de junho de 2017		1º de janeiro a 30 de junho de 2018		
	Comissão sobre prêmios cedidos em retrocesso	Varição das provisões técnicas - Prêmio cedido	Varição das provisões técnicas - Comissão cedida	Despesas com retrocessões	
Aeronáuticos.....	(22.854)	1.262	(12.756)	(196)	(34.544)
Automóvel.....	(3.129)	114	274	7	(2.734)
Marítimos.....	(12.149)	137	(1.376)	323	(13.065)
Nucleares.....	-	-	(6.071)	455	(5.616)
Patrimonial.....	(523.714)	38.827	161.427	823	(322.637)
Pessoas.....	(30.600)	4.430	11.379	(461)	(15.512)
Petróleo.....	(86.050)	1.641	(5.808)	3.159	(87.058)
Responsabilidades.....	(86.037)	7.669	35.307	(1.570)	(44.631)
Riscos financeiros.....	(7.223)	1.574	(12.725)	966	(17.408)
Rural.....	(69.517)	12.297	9.043	(1.861)	(50.038)
Transportes.....	(39.806)	5.728	9.884	(1.151)	(25.345)
Acertamentos do exterior.....	(39.882)	1.684	(10.951)	385	(48.764)
Sucursais no exterior.....	(8.540)	2.807	(3.920)	801	(8.852)
<b>Total.....</b>	<b>(929.761)</b>	<b>78.170</b>	<b>173.707</b>	<b>1.680</b>	<b>(676.204)</b>

**25.5. Outras receitas e despesas operacionais**

	Semestre			
	Controladora e Consolidado			
	1º de janeiro a 30 de junho de 2018		1º de janeiro a 30 de junho de 2017	
Participação em resultados operacionais - resseguro e retrocessão.....	(4.912)	(11.975)	(4.912)	(11.975)
Reversão (constituição) de provisão para riscos de crédito.....	(6.184)	(11.078)	(6.184)	(11.078)
Recuperação de outras receitas de resseguro.....	401	262	401	46
Despesa com inspeção de riscos.....	(988)	(592)	(988)	(592)
Outras receitas e despesas operacionais.....	(6.192)	(382)	(6.192)	305
<b>Total.....</b>	<b>(17.875)</b>	<b>(23.765)</b>	<b>(17.875)</b>	<b>(23.294)</b>

**25.6. Despesas administrativas**

	Semestre			
	Controladora e Consolidado			
	1º de janeiro a 30 de junho de 2018		1º de janeiro a 30 de junho de 2017	
Participação em resultados operacionais - resseguro e retrocessão.....	(7.590)	(16.121)	(7.590)	(16.121)
Reversão (constituição) de provisão para riscos de crédito.....	652	(13.332)	652	(13.332)
Recuperação de outras receitas de resseguro.....	460	95	460	95
Despesa com inspeção de riscos.....	(1.440)	(589)	(1.440)	(589)
Outras receitas e despesas operacionais.....	(7.316)	(1.714)	(7.316)	(810)
<b>Total.....</b>	<b>(15.234)</b>	<b>(31.661)</b>	<b>(15.234)</b>	<b>(30.757)</b>

**25.7. Despesas com tributos**

	Semestre			
	Controladora e Consolidado			
	1º de janeiro a 30 de junho de 2018		1º de janeiro a 30 de junho de 2017	
PIS/COFINS (33.175) (*)	11.317	(33.654)	11.317	(58.884)
Outros impostos e taxas.....	(8.759)	(3.278)	(9.444)	(4.792)
<b>Total.....</b>	<b>(41.934)</b>	<b>(8.039)</b>	<b>(43.098)</b>	<b>(63.576)</b>

**25.8. Resultado financeiro**

	Semestre			
	Controladora e Consolidado			
	1º de janeiro a 30 de junho de 2018		1º de janeiro a 30 de junho de 2017	
Resultado financeiro proveniente da carteira de investimentos.....	138.470	202.513	175.403	218.529
Resultado financeiro não proveniente da carteira de investimentos.....	(92.415)	(13.086)	(88.528)	(22.249)
<b>Total.....</b>	<b>46.055</b>	<b>189.427</b>	<b>86.875</b>	<b>196.280</b>

**25.9. Resultado patrimonial**

	Semestre			
	Controladora e Consolidado			
	1º de janeiro a 30 de junho de 2018		1º de janeiro a 30 de junho de 2017	
Resultado financeiro proveniente da carteira de investimentos.....	235.986	387.561	314.616	416.099
Resultado financeiro não proveniente da carteira de investimentos.....	(118.716)	(36.781)	(111.467)	(44.850)
<b>Total.....</b>	<b>117.270</b>	<b>350.780</b>	<b>203.149</b>	<b>371.249</b>

**25.10. Imposto de renda e contribuição social - reconciliação (a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social**

	Trimestre			
	Controladora e Consolidado			
	1º de abril a 30 de junho de 2018		1º de abril a 30 de junho de 2017	
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL.....	376.107	376.107	340.569	340.569
Aliquotas nominais vigentes.....	25,0%	20,0%	25,0%	20,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal.....	(94.027)	(75.221)	(85.124)	(68.114)
Adições e exclusões permanentes.....	14.969	11.975	14.736	11.788
Juros sobre capital próprio.....	(9)	(7)	(300)	(240)
Dedução IR corrente incentivos/acertos.....	504	-	1.918	-
Participações societárias.....	38.093	7.268	3.093	2.474
Provisão para perda (plano saúde pré 68).....	107	64	133	107
Seguro rural.....	10.333	-	15.471	-
Outros ajustes.....	(596)	(2.231)	(3.355)	(1.433)
<b>IR e CS na demonstração do resultado.....</b>	<b>(30.626)</b>	<b>(58.151)</b>	<b>(53.446)</b>	<b>(55.418)</b>
Correntes.....	(38.802)	(39.715)	(44.058)	(45.426)
Diferidos.....	8.176	(18.436)	(9.388)	(9.992)

**25.10. Imposto de renda e contribuição social - reconciliação (b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos**

	Trimestre			
	Controladora e Consolidado			
	1º de janeiro a 30 de junho de 2018		1º de janeiro a 30 de junho de 2017	
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL.....	682.540	682.540	654.750	654.750
Aliquotas nominais vigentes.....	25,0%	20,0%	25,0%	20,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal.....	(170.635)	(136.508)	(163.688)	(130.950)
Adições e exclusões permanentes.....	125.200	40.741	65.093	29.175
Juros sobre capital próprio.....	30.023	24.018	30.214	24.171
Incentivos fiscais.....	(143)	(114)	(542)	(434)
Dedução IR corrente incentivos/acertos.....	923	-	2.595	-
Participações societárias.....	52.154	18.517	9.987	7.989
Provisão para perda (plano saúde pré 68).....	(436)	(262)	1.074	860
Seguro rural.....	41.724	-	30.632	-
Outros ajustes.....	955	(1.418)	(8.867)	(3.411)
<b>IR e CS na demonstração do resultado.....</b>	<b>(45.435)</b>	<b>(95.767)</b>	<b>(98.595)</b>	<b>(101.775)</b>
Correntes.....	(54.389)	(77.637)	(83.806)	(90.307)
Diferidos.....	8.954	(18.130)	(14.789)	(11.468)

**25.10. Imposto de renda e contribuição social - reconciliação (c) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos**

	Trimestre			
	Controladora e Consolidado			
	1º de janeiro a 30 de junho de 2018		1º de janeiro a 30 de junho de 2017	
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL.....	713.889	713.889	664.335	664.335
Aliquotas nominais vigentes.....	25,0%	20,0%	25,0%	20,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal.....	(178.472)	(142.778)	(166.084)	(132.867)
Adições e exclusões permanentes.....	109.997	38.702	60.450	28.546
Juros sobre capital próprio.....	30.023	24.018	30.214	24.171
Incentivos fiscais.....	(143)	(114)	(542)	(434)
Dedução IR corrente incentivos/acertos.....	923	-	2.595	-
Participações societárias.....	52.154	18.517	9.987	7.989
Provisão para perda (plano saúde pré 68).....	(436)	(262)	1.074	860
Seguro rural.....	41.724	-	30.632	-
Outros ajustes.....	(14.248)	(3.456)	(13.510)	(4.040)
<b>IR e CS na demonstração do resultado.....</b>	<b>(68.475)</b>	<b>(104.076)</b>	<b>(105.634)</b>	<b>(104.321)</b>
Correntes.....	(64.064)	(81.134)	(88.763)	(92.104)
Diferidos.....	(4.411)	(22.942)	(16.871)	(12.217)

**25.10. Imposto de renda e contribuição social - reconciliação (d) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos**

	Trimestre			
	Controladora e Consolidado			
	1º de janeiro a 30 de junho de 2018		1º de janeiro a 30 de junho de 2017	
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL.....	390.856	390.856	344.482	344.482
Aliquotas nominais vigentes.....	25,0%	20,0%	25,0%	20,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal.....	(97.714)	(78.171)	(86.121)	(68.896)
Adições e exclusões permanentes.....	14.969	11.975	14.736	11.788
Juros sobre capital próprio.....	(9)	(7)	(300)	(240)
Dedução IR corrente incentivos/acertos.....	504	-	1.918	-
Participações societárias.....	38.093	7.268	3.093	2.474
Provisão para perda (plano saúde pré 68).....	107	64	133	107
Seguro rural.....	10.333	-	15.471	-
Outros ajustes.....	(7.748)	(3.190)	(5.004)	(1.936)
<b>IR e CS na demonstração do resultado.....</b>	<b>(41.465)</b>	<b>(62.061)</b>	<b>(56.074)</b>	<b>(56.703)</b>
Correntes.....	(44.554)	(41.793)	(44.604)	(45.962)
Diferidos.....	3.089	(20.268)	(11.470)	(10.741)

**25.10. Imposto de renda e contribuição social - reconciliação (e) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos**

	Trimestre			
	Controladora e Consolidado			
	1º de janeiro a 30 de junho de 2018		1º de janeiro a 30 de junho de 2017	
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL.....	713.889	713.889	664.335	664.335
Aliquotas nominais vigentes.....	25,0%	20,0%	25,0%	20,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal.....	(178.472)	(142.778)	(166.084)	(132.867)
Adições e exclusões permanentes.....	109.997	38.702	60.450	28.546
Juros sobre capital próprio.....	30.023	24.018	30.214	24.171
Incentivos fiscais.....	(143)	(114)	(542)	(434)
Dedução IR corrente incentivos/acertos.....	923	-	2.595	-
Participações societárias.....	52.154	18.517	9.987	7.989
Provisão para perda (plano saúde pré 68).....	(436)	(262)	1.074	860
Seguro rural.....	41.724	-	30.632	-
Outros ajustes.....	(14.248)	(3.456)	(13.510)	(4.040)
<b>IR e CS na demonstração do resultado.....</b>	<b>(68.475)</b>	<b>(104.076)</b>	<b>(105.634)</b>	<b>(104.321)</b>
Correntes.....	(64.064)	(81.134)	(88.763)	(92.104)
Diferidos.....	(4.411)	(22.942)	(16.871)	(12.217)

**25.10. Imposto de renda e contribuição social - reconciliação (f) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos**

	Trimestre			
	Controladora e Consolidado			
	1º de janeiro a 30 de junho de 2018		1º de janeiro a 30 de junho de 2017	
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL.....	390.856	390.856	344.482	344.482
Aliquotas nominais vigentes.....	25,0%	20,0%	25,0%	20,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal.....	(97.714)	(78.171)	(86.121)	(68.896)
Adições e exclusões permanentes.....	14.969	11.975	14.736	11.788
Juros sobre capital próprio.....	(9)	(7)	(300)	(240)
Dedução IR corrente incentivos/acertos.....	504	-	1.918	-
Participações societárias.....	38.093	7.268	3.093	2.474
Provisão para perda (plano saúde pré 68).....	107	64	133	107
Seguro rural.....	10.333	-	15.471	-
Outros ajustes.....	(7.748)	(3.190)	(5.004)	(1.936)
<b>IR e CS na demonstração do resultado.....</b>	<b>(41.465)</b>	<b>(62.061)</b>	<b>(56.074)</b>	<b>(56.703)</b>
Correntes.....	(44.554)	(41.793)	(44.604)	(45.962)
Diferidos.....	3.089	(20.268)	(11.470)	(10.741)

**25.10. Imposto de renda e contribuição social - reconciliação (g) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos**

	Trimestre			
	Controladora e Consolidado			
	1º de janeiro a 30 de junho de 2018		1º de janeiro a 30 de junho de 2017	
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL.....	713.889	713.889	664.335	664.335
Aliquotas nominais vigentes.....	25,0%	20,0%	25,0%	20,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal.....	(178.472)	(142.778)	(166.084)	(132.867)
Adições e exclusões permanentes.....	109.997	38.702	60.450	28.546
Juros sobre capital próprio.....	30.023	24.018	30.214	24.171
Incentivos fiscais.....	(143)	(114)	(542)	(434)
Dedução IR corrente incentivos/acertos.....	923	-	2.595	-
Participações societárias.....	52.154	18.517	9.987	7.989
Provisão para perda (plano saúde pré 68).....	(436)	(262)	1.074	860
Seguro rural.....	41.724	-	30.632	-
Outros ajustes.....	(14.248)	(3.456)	(13.510)	(4.040)
<b>IR e CS na demonstração do resultado.....</b>	<b>(68.475)</b>	<b>(104.076)</b>	<b>(105.634)</b>	<b>(104.321)</b>
Correntes.....	(64.064)	(81.134)	(88.763)	(92.104)
Diferidos.....	(4.411)	(22.942)	(16.871)	(12.217)

**25.10. Imposto de renda e contribuição social - reconciliação (h) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos**

	Trimestre			
	Controladora e Consolidado			
	1º de janeiro a 30 de junho de 2018		1º de janeiro a 30 de junho de 2017	
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL.....	390.856	390.856	344.482	344.482
Aliquotas nominais vigentes.....	25,0%	20,0%	25,0%	20,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal.....	(97.714)	(78.171)	(86.121)	(68.896)
Adições e exclusões permanentes.....	14.969	11.975	14.736	11.788
Juros sobre capital próprio.....	(9)	(7)	(300)	(240)
Dedução IR corrente incentivos/acertos.....	504	-	1.918	-
Participações societárias.....	38.093	7.268	3.093	2.474
Provisão para perda (plano saúde pré 68).....	107	64	133	107
Seguro rural.....	10.333	-	15.471	-
Outros ajustes.....	(7.748)	(3.190)	(5.004)	(1.936)
<b>IR e CS na demonstração do resultado.....</b>	<b>(41.465)</b>	<b>(62.061)</b>	<b>(56.074)</b>	<b>(56.703)</b>
Correntes.....	(44.			



continuação

	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Custo dos juros.....	146	147
<b>Despesa no final do período.....</b>	<b>146</b>	<b>147</b>

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano (Auxílio Funeral) é apresentado a seguir.

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados.....	(1.545)	(1.646)
<b>Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos.....</b>	<b>(1.545)</b>	<b>(1.646)</b>

**Seguro de vida em grupo**  
A movimentação no valor presente da obrigação do Seguro de vida no período atual é apresentada a seguir:

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano.....	1.557	1.322
Custo dos juros.....	68	139
Perda atuarial.....	351	295
Benefícios pagos.....	(85)	(199)
<b>Valor presente das obrigações atuariais.....</b>	<b>1.891</b>	<b>1.557</b>

A movimentação no valor justo dos ativos do Seguro de vida no período atual é apresentada a seguir:

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Contribuições do empregador.....	85	199
Benefícios pagos.....	(85)	(199)
<b>Valor justo final dos ativos do plano.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Os valores apurados no resultado de junho de 2018 e os valores projetados para o período de 2019 são apresentados a seguir:

	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Custo dos juros.....	173	141
<b>Despesa no final do período.....</b>	<b>173</b>	<b>141</b>

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir.

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados.....	(1.891)	(1.557)
<b>Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos.....</b>	<b>(1.891)</b>	<b>(1.557)</b>

**26.4. Obrigação total do IRB Brasil RE**  
A seguir é apresentada a abertura da provisão relativa a benefícios pós-emprego a cargo do IRB Brasil RE entre circulante e não circulante:

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>Circulante</b>		
Complementação de aposentadoria e pensões.....	21.108	20.500
Assistência médica e odontológica.....	18.714	17.623
Assistência médica e odontológica - provisão para eventos ocorridos e não avisados.....	363	271
Seguro de vida em grupo.....	218	176
Auxílio funeral.....	87	85
<b>40.490</b>	<b>38.655</b>	
<b>Não circulante</b>		
Complementação de aposentadoria e pensões.....	129.349	133.770
Assistência médica e odontológica.....	270.951	282.477
Seguro de vida em grupo.....	1.673	1.381
Auxílio funeral.....	1.458	1.561
<b>403.431</b>	<b>419.189</b>	

**26.5. Consolidação dos efeitos - Benefício pós emprego**  
Estão apresentados a seguir os valores consolidados quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.  
Os valores reconhecidos no resultado do período e no patrimônio líquido - outros resultados abrangentes foram os seguintes:  
Total dos valores reconhecidos no resultado do período

	Benefício definido		Outros benefícios		Outras provisões (PEONA)		Total	
	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017		
Custo do serviço.....	-	-	58	229	-	-	58	229
Custo dos juros.....	5.962	6.781	13.135	10.633	-	-	19.097	17.414
Contribuições pagas.....	19	19	6.091	5.966	-	-	6.110	5.985
Outras movimentações.....	-	-	-	-	92	(2.135)	92	(2.135)
<b>Total valores reconhecidos.....</b>	<b>5.981</b>	<b>6.800</b>	<b>19.284</b>	<b>16.828</b>	<b>92</b>	<b>(2.135)</b>	<b>25.357</b>	<b>21.493</b>

Total dos valores reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes

	Benefício definido		Outros benefícios		Outras provisões (PEONA)		Total	
	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017		
(Ganhos)/perdas atuariais.....	946	10.968	(14.538)	11.160	-	-	(13.592)	22.128
Outras movimentações.....	215	(13.150)	-	-	-	-	215	(13.150)
<b>Total valores reconhecidos.....</b>	<b>1.161</b>	<b>(2.182)</b>	<b>(14.538)</b>	<b>11.160</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(13.377)</b>	<b>8.978</b>

**26.6. Análise de sensibilidade**

Em consonância com o CPC33, encontra-se demonstrado a seguir a análise de sensibilidade da administração em relação às premissas financeiras e atuariais consideradas críticas:

Sensibilidade na taxa de desconto	PLANO A	Taxa real			
		4,0%	5,0%	6,0%	7,0%
Taxa nominal (*)		8,2%	9,2%	10,3%	11,3%
	Impacto com o cenário principal	1.536.595	1.389.277	1.264.286	1.157.378
Taxa real		212.314	64.996	(59.995)	(166.903)
	Impacto com o cenário principal	4,0%	5,0%	6,0%	7,0%
Taxa nominal (*)		8,2%	9,2%	10,3%	11,3%
	Impacto com o cenário principal	103.897	101.277	99.087	97.238
PRE 68		3.763	1.143	(1.047)	(2.896)
	Impacto com o cenário principal	4,0%	5,0%	6,0%	7,0%
Taxa nominal (*)		8,2%	9,2%	10,3%	11,3%
	Impacto com o cenário principal	148.040	138.933	130.771	123.425
Plano de Saúde		13.297	4.191	(3.972)	(11.317)
	Impacto com o cenário principal	4,0%	5,0%	6,0%	7,0%
Taxa nominal (*)		8,2%	9,2%	10,3%	11,3%
	Impacto com o cenário principal	338.918	304.700	275.803	251.186
Auxílio Funeral		49.252	15.034	(13.863)	(38.479)
	Impacto com o cenário principal	4,0%	5,0%	6,0%	7,0%
Taxa nominal (*)		8,2%	9,2%	10,3%	11,3%
	Impacto com o cenário principal	1.891	1.648	1.452	1.292
Seguro de Vida		346	103	(93)	(253)
	Impacto com o cenário principal	4,0%	5,0%	6,0%	7,0%
Taxa nominal (*)		8,2%	9,2%	10,3%	11,3%
	Impacto com o cenário principal	2.108	1.958	1.827	1.710
Sensibilidade na taxa de mortalidade - AT-2000 (Suavizada em 10,0%) (**)		217	68	(64)	(181)
	Impacto com o cenário principal	4,0%	5,0%	6,0%	7,0%
PLANO A		8,2%	9,2%	10,3%	11,3%
	Impacto com o cenário principal	1.477.452	1.340.908	1.224.386	1.124.193
PLANO B		153.171	16.627	(99.895)	(200.088)
	Impacto com o cenário principal	4,0%	5,0%	6,0%	7,0%
PRE 68		103.242	100.748	98.655	96.881
	Impacto com o cenário principal	3.108	614	(1.479)	(3.253)
Plano de Saúde		4,0%	5,0%	6,0%	7,0%
	Impacto com o cenário principal	21.593	11.484	2.466	(5.613)
Auxílio Funeral		319.954	288.821	262.380	239.737
	Impacto com o cenário principal	30.289	(844)	(27.286)	(49.929)
Seguro de Vida		4,0%	5,0%	6,0%	7,0%
	Impacto com o cenário principal	8,2%	9,2%	10,3%	11,3%
Taxa nominal (*)		1.974	1.734	1.540	1.380
	Impacto com o cenário principal	429	189	(5)	(1165)
Taxa real		4,0%	5,0%	6,0%	7,0%
	Impacto com o cenário principal	8,2%	9,2%	10,3%	11,3%
Taxa nominal (*)		2.017	1.878	1.756	1.647
	Impacto com o cenário principal	126	(12)	(135)	(244)

(\*) Considera inflação.  
(\*\*) Exceto o Plano Pré-68, que apresenta a sensibilidade na tábuá "BR-EMSb (segregada por sexo)".

### Seção F - Políticas contábeis

**27. Principais políticas contábeis**  
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 27.1. Conversão em moeda estrangeira

**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**  
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

**(b) Transações e saldos**  
Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

**(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente**  
Os resultados e a posição financeira da entidade consolidada, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.  
(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).  
(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "ajustes acumulados de conversão".

#### 27.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "empréstimos", no passivo circulante.

#### 27.3. Ativos financeiros

**27.3.1. Classificação**  
A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

**(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos, quando utilizados, também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

**(b) Empréstimos e recebíveis**  
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive créditos e débitos das operações com resseguros e retrocessões, títulos e créditos a receber, depósitos judiciais e fiscais e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os prêmios fracionados são contabilizados como prêmios a receber, no ativo circulante, e baixados de acordo com os recebimentos das parcelas.

**(c) Ativos financeiros disponíveis para venda**  
Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, o que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

**(d) Investimentos mantidos até o vencimento**  
Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

#### 27.3.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no exercício em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

#### 27.3.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 27.3.4. Impairment de ativos financeiros

**(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

**(b) Ativos classificados como disponíveis para venda**  
A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um exercício subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

#### 27.4. Classificação de contratos de resseguro

Os contratos da Resseguradora são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expirem. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte. Desta forma, o contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele é definido como uma operação em que um emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso de ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente.

#### 27.5. Ativos intangíveis

**(a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente**  
Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

**(b) Baixa de ativos intangíveis**  
Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

#### 27.6. Imobilizado

**Ativo imobilizado de uso próprio**  
O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004, com base em laudos de peritos independentes. De acordo com o CPC 01 (R1), não foram efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a.) - %	Anos
Edificações.....	4,0	25
Móveis e utensílios.....	10,0	10
Equipamentos de informática.....	20,0	5
Veículos.....	20,0	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente de forma integral ou parcial se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

#### 27.7. Propriedades imobiliárias de investimento

A Resseguradora detém 100,0% do controle da empresa IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., que possui certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o CPC 06 (R1). A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o CPC 28) para avaliação destes ativos. Os ativos imobiliários de investimento de sua subsidiária são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-MFV/G.

#### 27.8. Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

#### 27.9. Provisões

##### (a) Provisões técnicas

A provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVTE) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos no exercício, de riscos não decorridos dos contratos. Tem por objetivo cobrir as despesas futuras, dentre elas, os sinistros que serão pagos pelo IRB Brasil RE. É apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato. Em complemento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), calculada com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emitidos, sendo apurada a partir de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada, diariamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais e jurídica. O saldo da PSL contém o volume referente à provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, descrita abaixo.

A provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatório de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, na data-base de cálculo, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, na data-base de cálculo.

A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios

# Demonstrações Contábeis

## Semestre findo em 30 de junho de 2018

continuação

Uma entidade pode aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. Uma entidade pode começar a aplicar a abordagem de sobreposição quando aplica o IFRS 9/CPC 38 pela primeira vez.

Em 2017, a Administração realizou uma avaliação das alterações ao IFRS 4/CPC 11 na controladora e no consolidado e chegou à conclusão de que em ambos os casos suas atividades estão predominantemente relacionadas com o seguro em 31 de dezembro de 2015. Durante 2016 e 2017, não houve mudanças significativas nas atividades da Companhia que exigiram uma nova avaliação. A Administração verificou que o IRB Brasil RE cumpre os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e optou por adiar a aplicação do IFRS 9/CPC 48 até a data efetiva da nova norma de contratos de seguro (IFRS 17). Portanto, o IRB Brasil RE optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 aos seus ativos financeiros e passivos a partir de 1º de janeiro de 2018 até a data efetiva do IFRS 17. O IFRS 9/CPC 48 exige que a classificação de ativos financeiros seja determinada por uma avaliação de modelo de negócios e teste de fluxos de caixa contratuais denominado "Solely Payment of Principal and Interest" (SPPI), isto é, ativos financeiros cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros que não passarem no teste de SPPI serão mensurados pelo valor justo através da demonstração de resultados. Para os ativos que passam no teste de SPPI, um teste de modelo de negócios avalia o objetivo de manter o ativo. Uma avaliação do modelo de negócios para ativos financeiros pode ser resumida da seguinte forma:

(i) Os ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado se forem mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos a fim de coletar fluxos de caixa contratuais (modelo de negócios "Hold to collect").

(ii) Os ativos financeiros serão mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes se forem mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros (modelo de negócio "Hold to collect and sell").

(iii) Os ativos financeiros serão mensurados ao valor justo por meio do resultado se não atenderem aos critérios do modelo de negócios de "Hold to collect" ou "Hold to collect and sell".

(iv) As entidades também têm a opção de designar um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado se isto elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (inconsistência contábil).

No intuito de gerar comparabilidade entre as empresas seguradoras que adotaram o IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 e o IRB, a Administração, em atendimento aos requerimentos de divulgação adicional dispostos nas alterações do IFRS 4/CPC 11, avaliou todos os seus ativos financeiros, no intuito de identificar aqueles cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. O quadro abaixo demonstra, de forma segregada, o valor justo ao final do período das demonstrações contábeis e o valor da alteração no valor justo durante esse período para os ativos financeiros que passam no teste de SPPI e para os outros ativos financeiros, isto é, ativos financeiros que não dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto, que satisfaça à definição de mantido para negociação do CPC 48 ou que seja gerenciado e cujo desempenho seja avaliado com base no valor justo.

	Valor justo em 30 de junho de 2018	Variação do valor justo entre 31 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2018
<b>Ativos financeiros - SPPIs</b> .....	<b>9.154.588</b>	<b>(53.151)</b>
Caixa e equivalente de caixa.....	47.144	-
Creditos das Operações.....	-	-
Seguradoras e Resseguradoras.....	4.250.926	2.942
Títulos de Créditos a receber.....	170.383	-
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (I).....	3.130.587	(4.940)
Notas do Tesouro Nacional.....	674.491	(49.314)
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	-	-
Letras Financeiras.....	83.115	(79)
Títulos de Renda Variável.....	-	-
Ações de empresas nacionais.....	26.575	(1.055)
Aplicações no Exterior.....	-	-
Papéis de renda fixa (HSBC).....	33.138	(671)
Depósito à prazo fixo no exterior (iv).....	720.851	(13)
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.....	6.925	(1)
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies.....	2.031	-
Non-U.S. Government.....	251	-
Short-Term Investments.....	1.731	(4)
Sec Issued by States & Terr.....	1.173	(16)
Corporate Securities.....	5.267	-
<b>Outros Ativos Financeiros</b> .....	<b>800.621</b>	<b>(6.134)</b>
Quotas de Fundos de Investimento.....	-	-
Operações compromissadas.....	348.917	-
Quotas Fundos Exclusivos.....	87.084	-
Quotas Fundos Não Exclusivos.....	57.138	-
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	-	-
Debêntures.....	45.283	12
CDB.....	7.082	7
Notas Comerciais.....	1.053	(1)
Quotas de Fundos de Investimento Imobiliários.....	-	-
Fundos Imobiliários Não Exclusivos.....	48.480	1.285
Fundos Imobiliários Exclusivos.....	9.528	-
Aplicações no Exterior.....	-	-

	Valor justo em 30 de junho de 2018	Variação do valor justo entre 31 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2018
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	117.466	(4.749)
American Deposits Receipt (ii).....	5.028	(2.688)
Quotas de Fundos de Investimentos não Exclusivos.....	73.562	-
<b>Total</b> .....	<b>9.897.477</b>	<b>(59.285)</b>

Para todos os ativos financeiros que passam nos testes de SPPI, a administração avaliou a exposição ao risco de crédito, incluindo concentrações significativas de risco de crédito. O quadro abaixo contém estes ativos classificados por risco de crédito, bem como os respectivos valores contábeis e, para aqueles que a Administração entende que o risco de crédito é maior do que baixo, também o respectivo valor justo.

	Risco de crédito	Valor contábil em 30 de junho de 2018
<b>Ativos financeiros - SPPIs</b> .....		<b>9.154.588</b>
Caixa e equivalente de caixa.....		47.144
Creditos das Operações.....		-
Seguradoras e Resseguradoras.....		3.971.559
	moderado (*)	279.367
		170.383
Títulos de Créditos a receber.....		-
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....		-
Letras Financeiras do Tesouro (I).....	baixo	3.130.587
Notas do Tesouro Nacional.....	baixo	674.491
Títulos de Renda Fixa - Privados.....		-
Letras Financeiras.....	baixo	83.115
Títulos de Renda Variável.....		26.575
Aplicações no Exterior.....		-
Papéis de renda fixa (HSBC).....	baixo	33.138
Depósito à prazo fixo no exterior (iv).....	baixo	720.851
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.....	baixo	6.925
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies.....	baixo	2.031
Non-U.S. Government.....	baixo	251
Short-Term Investments.....	baixo	1.731
Sec Issued by States & Terr.....	baixo	1.173
Corporate Securities.....	baixo	5.267

(\*) O valor justo deste ativo em 30 de junho de 2018 é R\$ 318.542.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Companhia concluiu suas análises e não haverá impacto material do IFRS 15/CPC 47 sobre as demonstrações contábeis.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 16/CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil" - Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Companhia está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 17 - "Contratos de Seguro" - Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS17 "Contratos de Seguro". O IFRS 17 define de forma clara e consistente as práticas contábeis para todas as seguradoras e resseguradoras, o que irá certamente aumentar a comparabilidade das suas demonstrações contábeis em diferentes países. Estão sendo avaliados os possíveis impactos gerados na aplicação do IFRS 17 nas demonstrações contábeis e nos indicadores de performance das seguradoras e resseguradoras.

O modelo geral do IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual do serviço. Esse valor estimado é então remensurado a cada data-base. O lucro não realizado (correspondente "à margem contratual do serviço") é reconhecido ao longo do prazo da cobertura contratada. À parte desse modelo geral, o IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo, a abordagem de alocação do prêmio. Esse modelo simplificado é aplicável para certos contratos de seguro, incluindo aqueles com cobertura de até um ano. Para contratos de seguro com características de participação direta, a abordagem da comissão variável se aplica. Essa abordagem é uma variação do modelo geral.

Ao aplicar a abordagem da comissão variável, a participação da seguradora nas mudanças no valor justo dos itens subjacentes é incluída na margem contratual do serviço. Como consequência, as mudanças no valor justo não são reconhecidas no resultado no período em que ele ocorrer, mas ao longo da vida remanescente do contrato.

O IFRS 17 é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. O IFRS 17 pode ser aplicado retrospectivamente, de acordo com o IAS 8, mas ele também tem a previsão da "abordagem retrospectiva modificada" e da "abordagem de valor justo", dependendo da disponibilidade de informação. A Companhia está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

### 28. Estimativas e premissas contábeis críticas

Políticas contábeis são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados.

Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, provisões técnicas e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrita no item (a), as estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, descritas no item (b), as estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros, descritas no item (c), as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, descritas no item (d), as estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria, descritas no item (e) abaixo.

Alterações em tais premissas, ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos exercícios futuros afetados.

### (a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A análise de sensibilidade referente à essa estimativa crítica está demonstrada na nota 2.4.3.

No que diz respeito ao Teste de Adequação de Passivos, as premissas consideradas críticas neste estudo são a estrutura a termo da taxa de juros utilizada para descontar as estimativas correntes dos fluxos de caixa a valor presente e as estimativas de sinistralidade utilizadas para os fluxos de sinistros a ocorrer.

Com base nas informações e experiência da Companhia, a equipe atuarial define premissas que permitem a obtenção da melhor estimativa do passivo a ser contabilizado. Tais estimativas são reavaliadas periodicamente com o objetivo de garantir que, quando da liquidação das obrigações da Resseguradora, estes montantes difiram, o mínimo possível, do ponto de vista estatístico-atuarial, daqueles contabilizados inicialmente.

### (b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Resseguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Resseguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

### (c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Resseguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber.

A Resseguradora segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção no qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo da contraparte, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

### (d) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota 2.8, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é estabelecido através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia. A nota 6 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

### (e) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, invalidez e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada exercício. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa crítica estão divulgadas na nota 26, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

### 29. Eventos subsequentes

Em 16 de julho de 2018, a CVM publicou no Diário Oficial da União a autorização do IRB *Asset Management* S.A., para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

<b>José Carlos Cardoso</b> Presidente	<b>Fernando Passos</b> Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores	<b>Lúcia Maria da Silva Valle</b> Vice-Presidente Executiva de Riscos e Compliance	<b>Paulo Daniel Araújo da Rocha</b> Contador - CRC RJ - 095001/O-5	<b>Rodrigo de Valnísio</b> Atuário - MIBA 1573
--	---	---	---	---

## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

### Aos Administradores e Acionistas IRB-Brasil Resseguros S.A.

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da IRB-Brasil Resseguros S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

## Parecer do Conselho de Administração

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IRB-BRASIL RESEGUROS S.A., apreciou as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do IRB Brasil RE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que foram objeto de Relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de Parecer favorável do Conselho Fiscal e de Parecer favorável do Comitê de Auditoria, concluindo pela exatidão de todos os documentos examinados, aprovando-os por unanimidade.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2018.

**Otávio Ladeira de Medeiros**

Presidente

**Oswaldo do Nascimento**

Conselheiro

**José Maurício Pereira Coelho**

Conselheiro

**Flavio Eduardo Arakaki**

Conselheiro

**Ney Ferraz Dias**

Conselheiro

**Helio Lima Magalhães**

Conselheiro

**Édson Soares Ferreira**

Conselheiro

**Raimundo Lourenço Maria Christians**

Conselheiro

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DO IRB-BRASIL RESEGUROS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias procedeu ao exame das Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do IRB Brasil RE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018. Com base nesse exame e à luz do relatório de revisão sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 27 de julho de 2018, é de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período, conforme previsto no artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2018

**Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa**

Presidente

**Reginaldo José Camilo**

Conselheiro

**Lísio Fábio de Brasil Camargo**

Conselheiro

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2018

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Patrício Marques Roche

Contador CRC 1RJ081115/O-4



## Parecer do Comitê de Auditoria

O COMITÊ DE AUDITORIA DO IRB-BRASIL RESEGUROS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias procedeu ao exame das Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do IRB Brasil RE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018. Com base nessa revisão e à luz do relatório de revisão sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 27 de julho de 2018, é de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período, conforme previsto no artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2018.

**Nelson Machado**

Presidente

**Paulo Pereira Ferreira**

Membro

**Werner Romera Süffert**

Membro

**Paulo Fontoura Valle**

Membro

**Adriana Queiroz de Carvalho**

Membro